

ADRAT

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO DO ALTO TÂMEGA

AVALIAÇÃO INTERCALAR DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC) DO ALTO TÂMEGA ADRAT



Março 2019

Índice

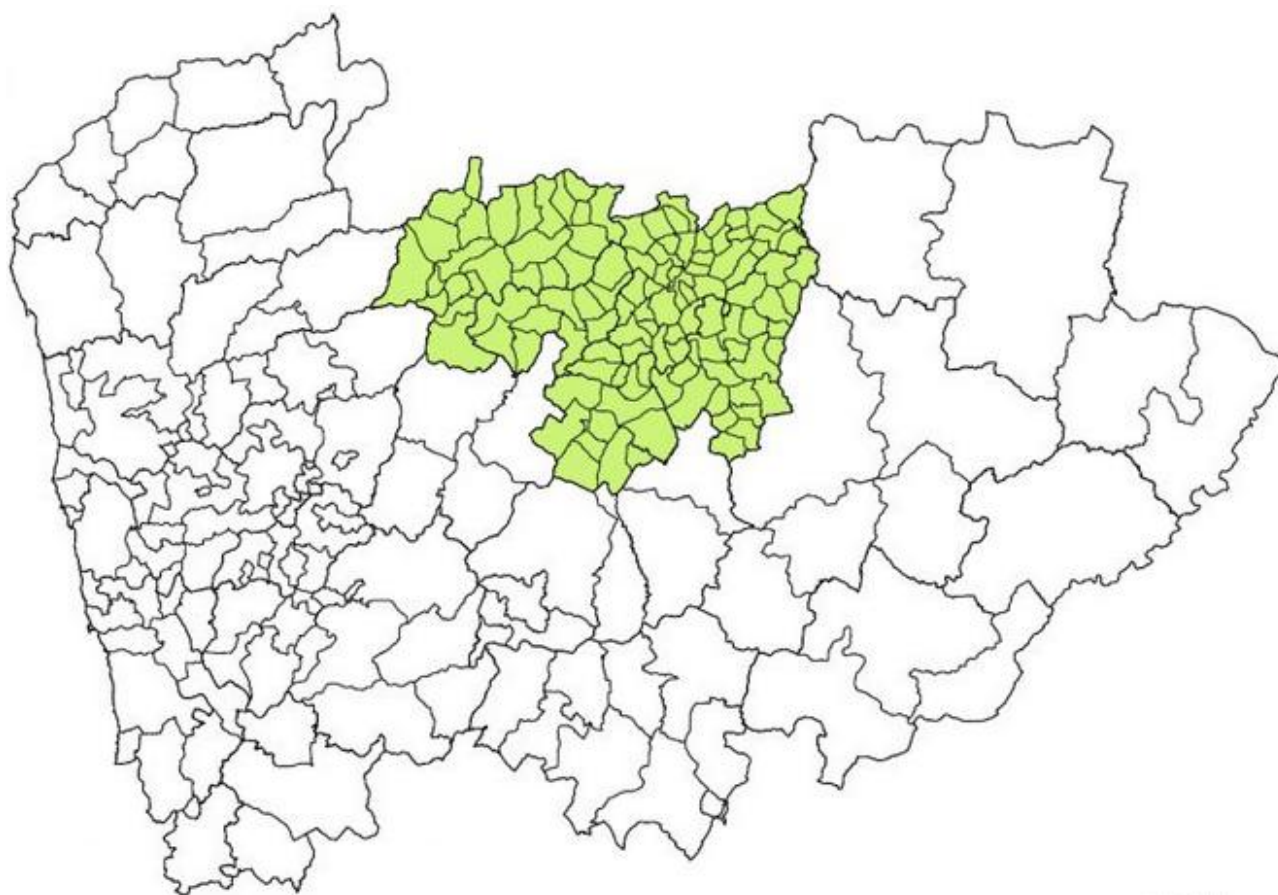
1. Identificação da área de intervenção da EDL.....	3
1.1. Localização (NUTS II, NUTS III, Concelho e Freguesia).....	3
1.2. Composição da parceria	3
2. Introdução	6
2.1. Identificação do objetivo do trabalho e da sua relevância	6
2.2. Explicitação breve da metodologia seguida para o desenvolver	7
2.3. Descrição sintética dos capítulos que constituem o relatório	9
3. Contexto da EDL	11
3.1. A evolução do contexto	11
3.2. Objetivos e prioridades da estratégia de desenvolvimento local	13
3.3. Pertinência e coerência da estratégia	21
3.4. Disposições de gestão e de acompanhamento da estratégia	26
4. Execução da EDL	29
4.1. Contributos das operações no âmbito da estratégia para o cumprimento dos seus objetivos	29
4.2. Informação sobre a participação dos parceiros na execução da EDL.....	34
4.3. Informação sobre as atividades de animação do GAL	35
4.4. Informação sobre a aplicação da metodologia LEADER através do mecanismo de execução da EDL	36
4.5. A programação dos diversos PO financiadores (objetivos específicos e respetivos indicadores e metas) é adequada face à dinâmica de implementação da EDL?	39
5. Questões de avaliação	41
5.1. Questões de avaliação relativas às operações.....	41
5.1.1. Questões de avaliação relacionadas com as operações – abordagem LEADER /FEADER	41
5.1.2. Questões de avaliação relacionadas com as operações – FEDER /FSE	46
5.2. Questões de avaliação relativas à execução das EDL	49
5.3. Questão de avaliação relativa aos objetivos da política do território	50
6. Conclusões e recomendações	52
6.1. Conclusões	52
6.1.1. Coerência e pertinência das opções e prioridades da EDL face às tendências de evolução do contexto do território de intervenção	52
6.1.2. Disposições de gestão/monitorização e controlo físico e financeiro da EDL	54

6.1.3.	Resultados da implementação da EDL, e contributos (e sua eficácia e eficiência) para alcançar os objetivos estabelecidos	56
6.1.4.	Mecanismos de execução da EDL, com foco na animação	57
6.1.5.	Implementação da abordagem LEADER e o seu valor acrescentado	58
6.2.	Recomendações.....	58
7.	ANEXOS	62
7.1.	Anexo I: Fontes de informação utilizadas	62
7.2.	Anexo II: Alguns dados estatísticos	72
7.3.	Anexo III: Comparação entre a 1. ^a e a 2. ^a fase da EDL ADRAT	78
7.4.	Anexo IV: Projetos complementares ao DLBC no Alto Tâmega.....	81
7.5.	Anexo V: Resultados da inquirição a promotores	88
7.6.	Anexo VI: Ponto de situação do DLBC a 31.12.2018	103
7.7.	Anexo VII: Indicadores e metas de realização e resultado	109
7.8.	Anexo VIII: Indicadores adicionais para a avaliação.....	113

1. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DA EDL

1.1. LOCALIZAÇÃO (NUTS II, NUTS III, CONCELHO E FREGUESIA)

A área de intervenção da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) engloba todas as freguesias dos concelhos de Boticas, Chaves, Montalegre, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, pertencentes à NUTS III Alto Tâmega e à NUTS II Norte.



1.2. COMPOSIÇÃO DA PARCERIA

A parceria responsável pela implementação do DLBC no Alto Tâmega é a **ADRAT – Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega**, uma instituição privada sem fins lucrativos com intervenção, desde 1990, no processo de desenvolvimento sustentável deste território.

A constituição da parceria seguiu um princípio de valorização do capital de experiência desta Associação, baseado no trabalho colaborativo dos seus associados, que são as principais instituições, públicas e privadas, que atuam em diversos domínios.

A parceria integra, assim, todos os associados da ADRAT, incluindo municípios, cooperativas, associações de produtores, agentes empresariais e socioculturais e outras entidades da região, designadamente:

Associados da ADRAT à data da candidatura

Designação	Tipo de entidade
Município de Vila Pouca de Aguiar	Autarquias Locais
Montimel – Cooperativa de Apicultores do Alto Tâmega, CRL	Cooperativa
Centro de Gestão Agrícola de Valpaços	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
Santa Casa da Misericórdia de Boticas	IPSS
ARATM – Associação Regional dos Agricultores das Terras de Montenegro	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
Associação dos Viticultores Transmontanos	Outras associações
Centro Social Nossa Senhora do Extremo	IPSS
Município de Montalegre	Autarquias Locais
Município de Chaves	Autarquias Locais
Município de Boticas	Autarquias Locais
Trasvinis – Associação Regional de Produtores e Engarrafadores da Área Geográfica de Trás-os-Montes	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
Associação de Municípios do Alto Tâmega - AMAT	Associação
Coopeaguiarense CRL	Cooperativa
Adega Cooperativa de Valpaços, CRL	Cooperativa
ADIRBA	Associação
Cooperativa de Olivicultores de Valpaços, CRL	Cooperativa
TEF - Teatro Experimental Flaviense, CRL	Cooperativa
ANCABRA - Associação Nacional de Criadores de Cabra Bravia	Associação
Aguiar Floresta – Associação Florestal e Ambiental de Vila Pouca de Aguiar	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
CAPOLIB – Cooperativa Agrícola de Boticas, CRL	Cooperativa

Designação	Tipo de entidade
Ecomuseu – Associação de Barroso	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
Naturbarroso	Empresa
Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega	Outras associações
Santa Casa da Misericórdia de Chaves	IPSS
Santa Casa da Misericórdia de Vila Pouca de Aguiar	IPSS
CANT – Cooperativa Agrícola do Norte Transmontano, CRL	Cooperativa
CVRTM – Comissão Vitivinícola Regional de Trás-os-Montes -	Associação
Casa do Povo de Vilarandelo	Entidade equiparada a pessoa coletiva
Bons e Valentes	Associação
CAC – Cooperativa Agrícola de Chaves, CRL	Cooperativa
Município de Valpaços	Autarquias Locais
AFACC - Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves	Associação
INVENSONS – Associação Cultural e Recreativa de Montalegre	Associação
AATBAT – Associação de Agricultores Terras do Barroso e Alto Tâmega	Associação

2. INTRODUÇÃO

2.1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO DO TRABALHO E DA SUA RELEVÂNCIA

A Avaliação Intercalar da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) do DLBC Rural do Alto Tâmega tem como principais objetivos:

- Avaliar o grau de implementação das diversas operações integradas no programa de ação do DLBC e os respetivos contributos para os objetivos da EDL do Alto Tâmega;
- Avaliar a execução da EDL na ótica do seu funcionamento e animação, da cooperação entre agentes e governança local e da complementaridade e sinergias entre fundos
- Avaliar em que medida o modelo de governação e a implementação da EDL contribuiu para os objetivos gerais da política pública para o território do Alto Tâmega, com especial relevo para a articulação com a EIDT/PDCT e com a EEC PROVERE, no processo de desenvolvimento sustentável e do fortalecimento dos laços de identidade local.

A avaliação tem como referência temporal 31 de dezembro de 2018 e foca-se sobretudo na operacionalização da EDL e nos primeiros resultados da sua implementação. Surge num momento chave da implementação do programa de ação do DLBC, pois os resultados deste trabalho de avaliação irão permitir a introdução de medidas corretivas de desvios existentes em termos de execução, para que sejam atingidos os objetivos definidos na estratégia.

Há, para além daqueles objetivos, uma especial relevância desta avaliação enquanto elemento de reflexão sobre a transição que se deu, no atual período de programação, da aplicação da metodologia LEADER ao processo de desenvolvimento do território.

Essa metodologia, que vem sendo há muitos anos aplicada e aprimorada à escala europeia – e, no Alto Tâmega, através da atividade da ADRAT – deixou de ser, em termos de financiamento europeu, enquadrada pelos fundos /programas de desenvolvimento rural, integrando-se no *mainstream* da política da coesão. Esta alteração traduziu-se, no período de programação 2014- 2020, pela criação de um modelo (DLBC) financiado por vários programas operacionais (neste caso, o Norte 2020 e o PDR 2020) com dotação financeira multifundo (FEADER, FEDER e FSE).

Esta transição colocou desafios a todas as instâncias de decisão e intervenção – desde a negociação do Acordo de Parceria até à sua tradução concreta no financiamento de projetos, em que o GAL /ADRAT desempenha um novo papel, o de avaliador e decisor, que é adicional e algo contrastante com o de agente

dinamizador e promotor de iniciativas. Há aqui, também, uma alteração na ótica dos agentes sociais e económicos e em muitos dos potenciais promotores de projetos financiados – a ADRAT surge, agora, no lugar em que, tradicionalmente estava o Ministério da Agricultura.

Este desafio geral tem alguns aspetos específicos sobre o qual esta avaliação deve refletir, sendo um dos mais relevantes a avaliação da forma como a programação e a operacionalização criaram condições (e estão a conseguir) para concretizar esta metodologia LEADER – ou seja, desenvolver uma estratégia verdadeiramente integrada e *bottom up*, gerando níveis elevados de sinergia entre medidas e fundos e focando-se num processo de desenvolvimento rural que atenda às especificidades do território, e não apenas a junção de lógicas de desenvolvimento agrícola com apoio ao empreendedorismo e pequenas iniciativas empresariais.

Ao mesmo tempo, ocorre um processo de reposicionamento institucional no Alto Tâmega (como em todo o país), que resulta das alterações ao quadro político-administrativo, designadamente a descentralização de competências administrativas com o consequente fortalecimento do protagonismo das comunidades intermunicipais. As CIM ganham, por exemplo, novas atribuições ao nível do desenvolvimento económico (incluindo o turismo), antecipando-se a necessidade de refletir sobre modelos de cooperação interinstitucional para o futuro. Este aspeto é muito relevante para o modelo DLBC, cuja estratégia de desenvolvimento local deve estar alinhada (dir-se-ia, se atendermos ao quadro de regulamentação e governação que foi adotado, subordinada) com a estratégia integrada de desenvolvimento territorial da NUTS III e em que alguns instrumentos específicos (como as medidas FEDER/FSE) devem ser operacionalmente articuladas.

2.2. EXPLICITAÇÃO BREVE DA METODOLOGIA SEGUIDA PARA O DESENVOLVER

Convém, desde já, evidenciar dois aspetos de natureza operativa que são fatores críticos nesta avaliação:

- Ao longo do (curto) período de trabalho registou-se muita instabilidade acerca do referencial de avaliação e das próprias questões colocadas aos avaliadores. Foram, até à última semana dos trabalhos de recolha de informação, difundidos elementos orientadores sobre o foco da avaliação, as questões e a sua interpretação, bem como os indicadores a utilizar.
- A resposta às diversas questões é muito dificultada pela debilidade e heterogeneidade dos sistemas de informação dos programas operacionais/fundos. Esta situação não implica apenas com a qualidade da avaliação, alargando-se ao campo da monitorização da estratégia (aspeto em que será, porventura, mais penalizadora). Na perspetiva da avaliação, a verdade é que apenas por se tratar de

um programa relativamente restrito (com poucas medidas e projetos) e porque a ADRAT revelou capacidade de recolher informação de forma mais pontual foi possível recolher os dados, e ainda assim com diversas lacunas.

Dado que a obrigatoriedade de realizar esta avaliação (em modelo externo ou de autoavaliação) é conhecida desde a fase de programação, fica o alerta (extensivo à questão da monitorização) sobre a necessidade das autoridades nacionais e de gestão encararem estas componentes do ciclo de programação com a devida atenção.

Os avaliadores procuraram adotar um modelo e estrutura de avaliação que respeitasse esta dinâmica de reflexão (sobretudo da Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local), sem deixar de atender aos abundantes materiais orientadores¹, mas que atendesse às condições reais de disponibilidade de informação qualitativa e quantitativa, evitando leituras e conclusões meramente opinativas e especulativas.

A metodologia de trabalho foi detalhada num Relatório de Abordagem Metodológica (março de 2019), pelo que aqui apenas faremos uma breve referência ao processo e à versão final dos elementos de recolha de informação.

O esquema seguinte sintetiza o percurso metodológico:

¹ Designadamente: “Avaliação/autoavaliação das Estratégias de Desenvolvimento Local: elementos comuns” (Rede Rural Nacional, fevereiro de 2019); “Avaliação Intercalar das Estratégias de Desenvolvimento Local: Estrutura e conteúdos do relatório a apresentar” (Rede Rural Nacional, março de 2019); “Avaliação das EDL dos DLBC Rurais e Urbanos” (Agência para o Desenvolvimento e Coesão /Portugal 2020, 2018); “Orientações para a Avaliação das Estratégias de Desenvolvimento Local – LEADER/DLBC” (Rede Rural Nacional/Federação Minha Terra, agosto 2018); “Orientações: avaliação da LEADER/DLBC” (Comissão Europeia /Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural — Unidade C.4”, agosto de 2017;



Quanto às ferramentas de recolha de informação (detalhadas no **anexo I**), utilizaram-se as seguintes fontes e métodos:

- Análise documental (referenciais estratégicos, regulamentos, avisos, elementos de candidaturas).
- Análise estatística (dados PORDATA).
- Análise de indicadores dos Sistemas de Informação e de recolha direta pela ADRAT e pela equipa de avaliação.
- Entrevista com primeiro-secretário da CIM Alto Tâmega.
- Inquirição eletrónica de promotores de candidaturas (aprovadas e não aprovadas, com 51 respostas).
- 2 painéis de discussão abertos a parceiros e outros agentes regionais (com um total de cerca de 50 participantes).
- Interação contínua com a equipa técnica da ADRAT para acesso a informação e esclarecimentos.

2.3. DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS CAPÍTULOS QUE CONSTITUEM O RELATÓRIO

O relatório integra os seguintes capítulos:

- O **capítulo 1** identifica a área de intervenção da EDL e a composição da parceria do GAL.
- O **capítulo 2** faz a introdução ao trabalho de avaliação a desenvolver, explicitando os seus objetivos, utilidade e aspetos metodológicos.
- O **capítulo 3** contextualiza a EDL através da reconstituição de elementos de dinâmicas socioeconómicas e de políticas públicas neste território, analisando a pertinência e coerência (interna e externa) da estratégia e do seu modelo de gestão e acompanhamento.
- O **capítulo 4** analisa a execução da EDL, nomeadamente ao nível do contributo das operações para o cumprimento dos objetivos, a participação dos parceiros, atividades de animação do GAL, aplicação da metodologia LEADER e adequação dos programas financiadores.
- No **capítulo 5** são desenvolvidas as questões de avaliação relativas às operações, à execução da EDL e aos objetivos da política do território.
- Por fim, o **capítulo 6** é dedicado a conclusões e recomendações que possam melhorar a execução e a produção de efeitos das estratégias em execução, bem como apoiar a reflexão preparatória do próximo período de programação.

Faz-se uma nota prévia acerca da perspetiva desta avaliação, tendo em conta os seus objetivos. A execução dos projetos aprovados é muito baixa, tendo sido pago aos beneficiários um montante ainda exíguo. Por isso, a avaliação é realizada na ótica das aprovações e contributo potencial destas para os objetivos.

Para informação mais detalhada sobre as medidas FEADER sugere-se a leitura do Relatório de Execução 2018, cuja data de referência coincide com a desta avaliação.

3. CONTEXTO DA EDL

Este capítulo destina-se essencialmente a reavaliar a relevância e coerência da estratégia, bem como a eficácia e eficiência do respetivo modelo de implementação. Começa, por isso, por rever as dinâmicas de contexto, pronunciando-se depois sobre a forma como se estruturou o quadro estratégico e operacional do DLBC para responder aos principais desafios do Alto Tâmega em matéria de desenvolvimento de base local.

3.1. A EVOLUÇÃO DO CONTEXTO

Não é de esperar que tenham decorrido alterações substanciais ao contexto regional e ao quadro de políticas públicas de desenvolvimento ou setoriais em curso nos três anos que decorreram desde a preparação da EDL.

Retomando as principais ideias do diagnóstico então realizado, realça-se a característica da região do Alto Tâmega como um território marcadamente rural, na organização territorial e social, nas atividades produtivas predominantes e nas práticas culturais e tradições.

Este contexto de ruralidade tem especificidades onde foram identificados aspectos positivos como:

- a. *Excelência dos recursos naturais e da paisagem, associados a saberes e elementos culturais e tradicionais de grande valor e a iniciativas de grande visibilidade neles baseadas, compondo uma região agrícola e rural com grande potencial de reconhecimento no exterior.*

Este aspeto foi ainda reforçado nos últimos anos, o que é demonstrado, por exemplo, pela continuidade do PROVERE Aqunatur, em torno do foco temático da água como elemento aglutinador da capacidade de diferenciação de todo o território, ou a declaração, em 2018, do sistema agro-silvo-pastoril do Barroso como património agrícola mundial pela FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura².

- b. *Contexto institucional e político favorável ao desenvolvimento de iniciativas de base local com enquadramento em políticas mais alargadas no território, destacando-se as competências complementares da malha institucional e os processos já muito aprofundados de cooperação intermunicipal e intersectorial.*

² SIPAM - Sistema Importantes do Património Agrícola Mundial.

Sobre este aspeto, a perspetiva atual é de alguma incerteza, com sinais contraditórios. Como é referido num capítulo posterior desta avaliação, o modelo DLBC não se tem revelado (mais por constrangimentos de programação do que da sua implementação) muito adequado à implementação da abordagem LEADER, pelo que a ADRAT tem tido dificuldades acrescidas no processo de aprofundamento de cooperação no território. Esta tendência foi acompanhada por alguma perda de capacidade de intervenção de outras instituições, que estão a sofrer ainda as consequências da crise económica e financeira e das dinâmicas de esvaziamento do território. Por outro lado, está em curso um processo de descentralização administrativa que reforça o papel dos municípios e, em especial, da Comunidade Intermunicipal, que assumirá muitas competências, em diversos domínios, que anteriormente estavam na administração central. Perspetiva-se, portanto, um reforço do protagonismo da CIM e a necessidade de revisão do posicionamento das diversas instituições que atuam no desenvolvimento do Alto Tâmega.

Como acontece em geral nas regiões rurais portuguesas, o diagnóstico identificava vários elementos regressivos e de degradação das condições de vida, como:

- a. Abandono populacional e envelhecimento demográfico, resultante dos efeitos combinados de fenómenos migratórios e da quebra acentuada da natalidade.

Os números sobre a demografia regional mais recentes confirmam, e agravam, esta visão, de tal forma que pode dizer-se que o desafio demográfico é muito determinante em qualquer estratégia para o futuro. Como pode verificar-se no **anexo II**, a população está a diminuir cerca de 1% ao ano, sendo a perda sobretudo notada nos escalões etários mais jovens.

- b. Dinâmica empresarial, e económica em geral, muito incipiente, com lacunas ao nível das políticas de gestão de unidades empresariais e de atração e acolhimento de novas iniciativas, agravadas pela inexistência de redes de trabalho.

Esta tendência não se alterou, ou se o fez foi no sentido do seu agravamento.

- c. Debilidade de ID+I e de processos de valorização e transformação dos produtos e subprodutos, com fraca visibilidade externa dos ativos da região e ausência de *clusterização*.

Pode-se dizer que, à exceção do estreitamento da colaboração entre a ADRAT e o Instituto Politécnico de Bragança (no quadro de alguns projetos europeus, do setor agro-florestal e na formação para o desenvolvimento), e, eventualmente, do *Aquanatur Palace* (projeto-âncora do PROVERE, ainda não concretizado), não há evolução significativa.

- d. Risco de degradação do património, associado à falta de consolidação de uma oferta turística desenvolvida com base nos recursos endógenos.

Neste domínio regista-se alguma evolução a nível regional, resultante de alguns projetos públicos e privados que têm permitido valorizar alguns elementos patrimoniais materiais e imateriais.

- e. Ausência de uma estratégia de promoção estruturada da região do Alto Tâmega como um todo.

Esta questão mantém a sua pertinência. No entanto, está iniciada uma dinâmica concertada entre CIM e ADRAT que pode favorecer a consolidação de uma estratégia deste tipo (caso do Portal do Alto Tâmega, em fase final de preparação).

Outros elementos de análise, referenciados no diagnóstico inicial, confirmam a dupla perspetiva:

- Em termos geoestratégicos, da riqueza dos recursos e do quadro infraestrutural, a região do Alto Tâmega tem algumas vantagens comparativas face a outros territórios.
- Mas o quadro demográfico e social é deprimido e o contexto da organização e dinâmica económica e do empreendedorismo mantém-se muito débil e pouco disseminado.

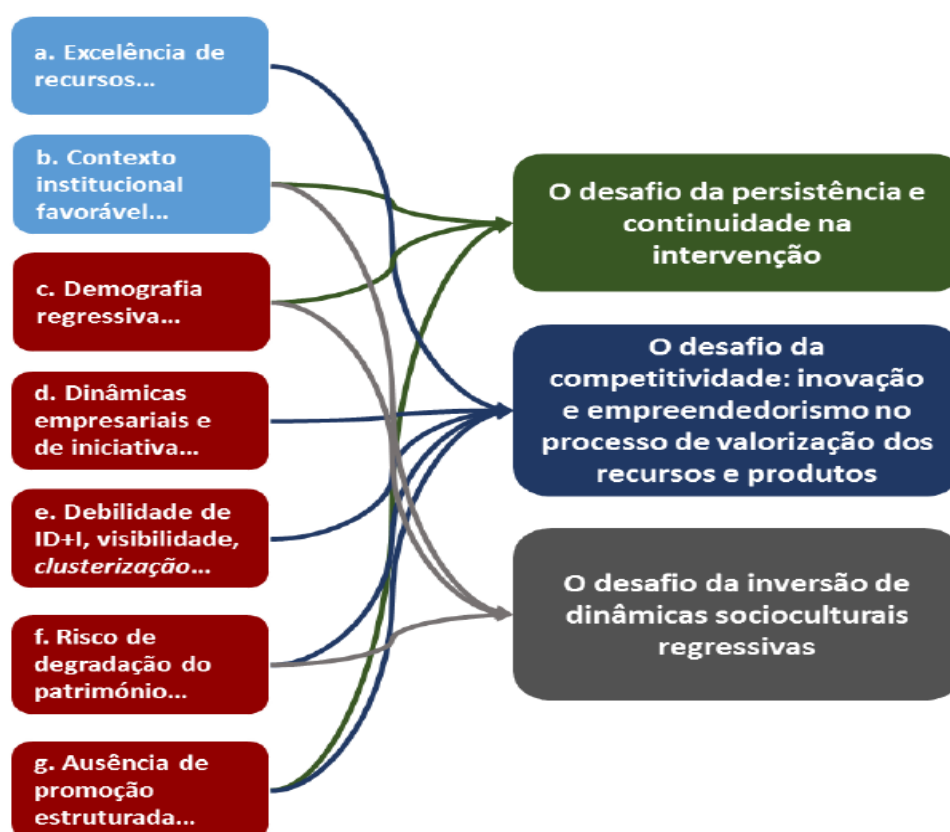
No que diz respeito à evolução do **quadro de políticas públicas com incidência no território**, importa assinalar que, entretanto, começaram a ser aplicados os programas operacionais do Portugal 2020 e novos instrumentos nacionais de apoio a atividades económicas. No primeiro caso, importa sobretudo evidenciar que diversas estratégias (territoriais, como a EIDT/PDCT do Alto Tâmega; de eficiência coletiva, como o PROVERE Aqunatur; de desenvolvimento rural e agrícola, como o PDR 2020) estão em pleno processo de implementação. No segundo caso, regista-se a intensificação dos instrumentos de apoio ao turismo e valorização do território (o exemplo mais claro é o do Programa Valorizar). Numa secção desta avaliação faz-se uma leitura acerca da forma como a implementação destes instrumentos se conjuga, e em que aspetos, com o próprio DLBC, gerando dinâmicas favoráveis (ou não) ao cumprimento dos objetivos.

3.2. OBJETIVOS E PRIORIDADES DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Esta avaliação incide sobre a EDL que resultou do processo inicial de acreditação-aprovação. No entanto, a compreensão de algumas dinâmicas e resultados só pode ser compreendida se atendermos a todo o processo de planeamento, que resulta da transição entre os períodos anteriores de programação, em que a ADRAT foi responsável pela implementação de programas-abordagem LEADER ao território.

A primeira versão da EDL, apoiando-se no diagnóstico realizado e em linha com o que determinava o Acordo de Parceria (“... as intervenções a promover pelos DLBC contribuirão especialmente para a prossecução dos

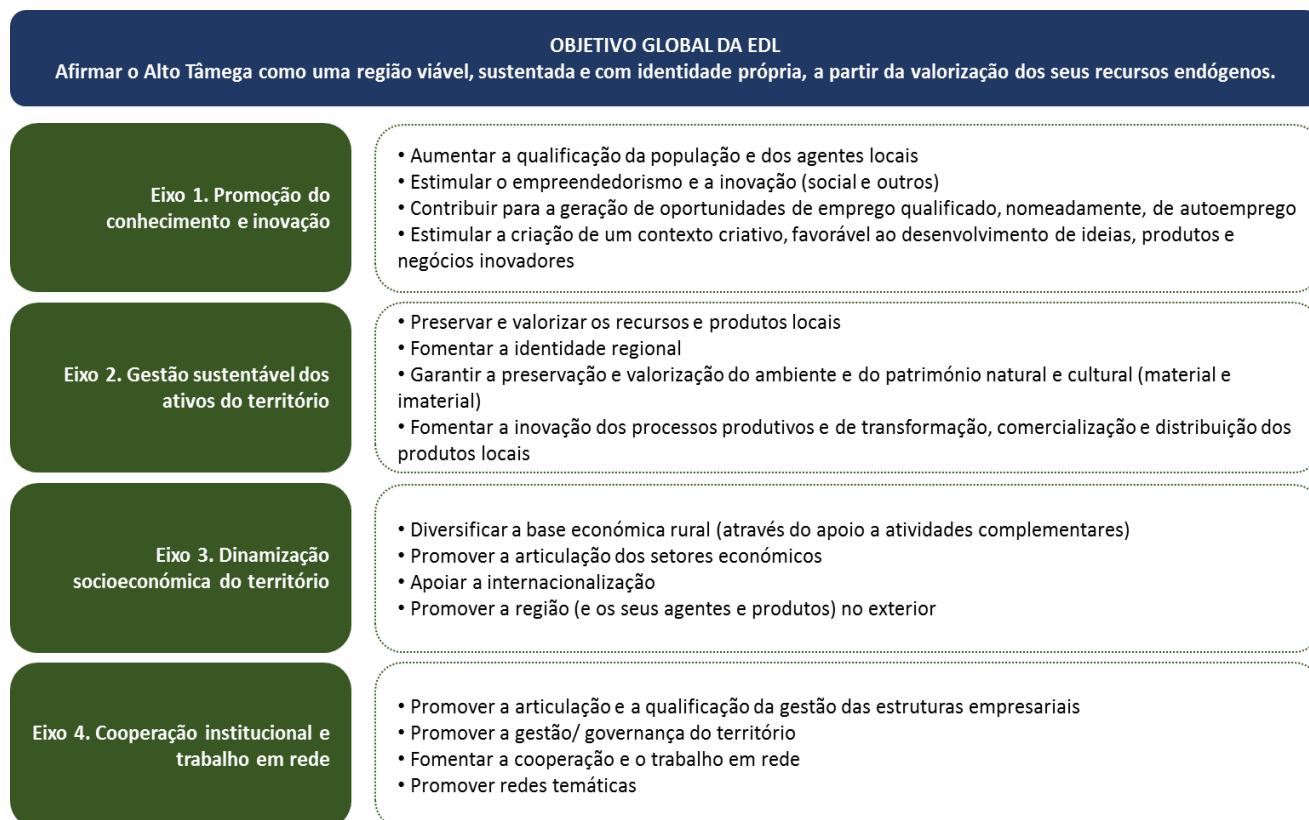
seguintes objetivos temáticos (OT) ...: (OT3) Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas dos setores agrícola; (OT6) Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos; (OT8) Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; (OT9) Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; (OT 10) Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências”), assumiu os seguintes desafios centrais.



Através de uma metodologia de trabalho muito participativa, a ADRAT (no seu sentido real, isto é, uma associação representativa de um quadro diversificado de agentes regionais) foi consensualizado o seguinte quadro de referência para a estratégia:



A EDL foi então estruturada de forma a manter uma perspetiva integradora dos diversos instrumentos de financiamento que iria enquadrar. Tendo como foco um objetivo de natureza global, os quatro eixos de intervenção seriam concretizados através de projetos e atividades com determinados objetivos de natureza operativa:



As medidas previstas eram as seguintes:

Eixo 1. Promoção do Conhecimento e da Inovação

- Espírito inovador e criativo na esfera social do Alto Tâmega.
- Aumento de competências.
- Inovação do tecido económico local.

Eixo 2. Gestão Sustentável dos Ativos do Território

- Planos de Aldeia.
- Diversificação de atividades na exploração local.

Eixo 3. Dinamização Socioeconómica do Território

- i. Incentivos ao setor empresarial/agrícola.
- ii. Circuitos agroalimentares e mercados locais.
- iii. Produtos locais de qualidade.

Eixo 4. Cooperação Institucional e Trabalho em Rede

- i. Cooperação dos GAL.
- ii. Ações de animação territorial e capacitação institucional.
- iii. Funcionamento e assistência técnica.

Tratava-se, então, de um modelo em que se perspectivava o recurso aos diversos instrumentos financeiros do Portugal 2020, ainda que alguns não fossem formalmente enquadrados no DLBC. É por isso que o Eixo 4 era fundamental, pois permitiria centrar esforços na articulação de iniciativas e colaboração organizada entre agentes.

No entanto, esta lógica seria interrompida na segunda fase, em que foram impostas, a nível nacional, uma arquitetura e um conjunto de regras de programação e de gestão que reconduziram o DLBC a um programa de ação mais limitado, com uma capacidade de geração de sinergias internas e com outras intervenções bastante mais limitado.

Com base nessa nova realidade, a ADRAT procedeu então à revisão-adaptação da sua EDL, cujo esquema lógico está representado na página seguinte – ao qual se acrescenta, no quadro desta avaliação, um contributo potencial das medidas do SIZÉ para a competitividade das atividades produtivas e de algumas medidas FEADER para os objetivos de criação de emprego e empresas sustentáveis.

Esta nova abordagem mantinha duas perspetivas:

- A geração de efeitos conjuntos entre diferentes medidas/fundos.
- A integração de um eixo de gestão e cooperação.

Pode afirmar-se que estas duas perspetivas foram, se não abandonadas, pelo menos muito desconsideradas. A integração de medidas FEDER/FSE manteve-se, no quadro do instrumento SIZÉ, mas a integração de medidas FEDER/FEADER ficou muito dificultada (no que respeita, por exemplo, à diversificação de atividades, o FEDER não pode aprovar projetos dentro das explorações agrícolas; e as lógicas referentes à publicação de

avisos e os critérios específicos no quadro do PDR 2020 e do Norte 2020 não permitiram conjugar as medidas de renovação de aldeias e as do património natural e cultural).

Numa leitura de síntese, pode concluir-se que há algumas diferenças relevantes entre a formulação inicial da EDL e a sua versão contratualizada:

- A perda de natureza de instrumento integrado, passando a funcionar como um quadro de financiamento de linhas de intervenção específicas. Acresce que os montantes financeiros foram inferiores à expectativa do GAL /ADRAT, fixando-se na ordem dos 6 milhões de euros.
- A simplificação do quadro de indicadores, que acompanhou esta lógica³.
- A perda de carácter de “base comunitária” (programação *bottom-up*), já que foram impostas regras e prioridades a partir de um modelo standardizado a nível nacional.
- A diminuição da capacidade de coordenação do processo de dinamização regional pela ADRAT, pois o financiamento à animação-gestão-cooperação foi retirado do âmbito do próprio DLBC e assegurado através de candidaturas específicas ao Norte 2020 e PDR 2020.
- A desfocagem de um objetivo central (inverter a trajetória de perda e combater os problemas estruturais do meio rural) e de um eixo verdadeiramente estimulante de promoção do conhecimento e da inovação.

No **anexo III** apresenta-se um conjunto de elementos referentes a esta análise comparativa.

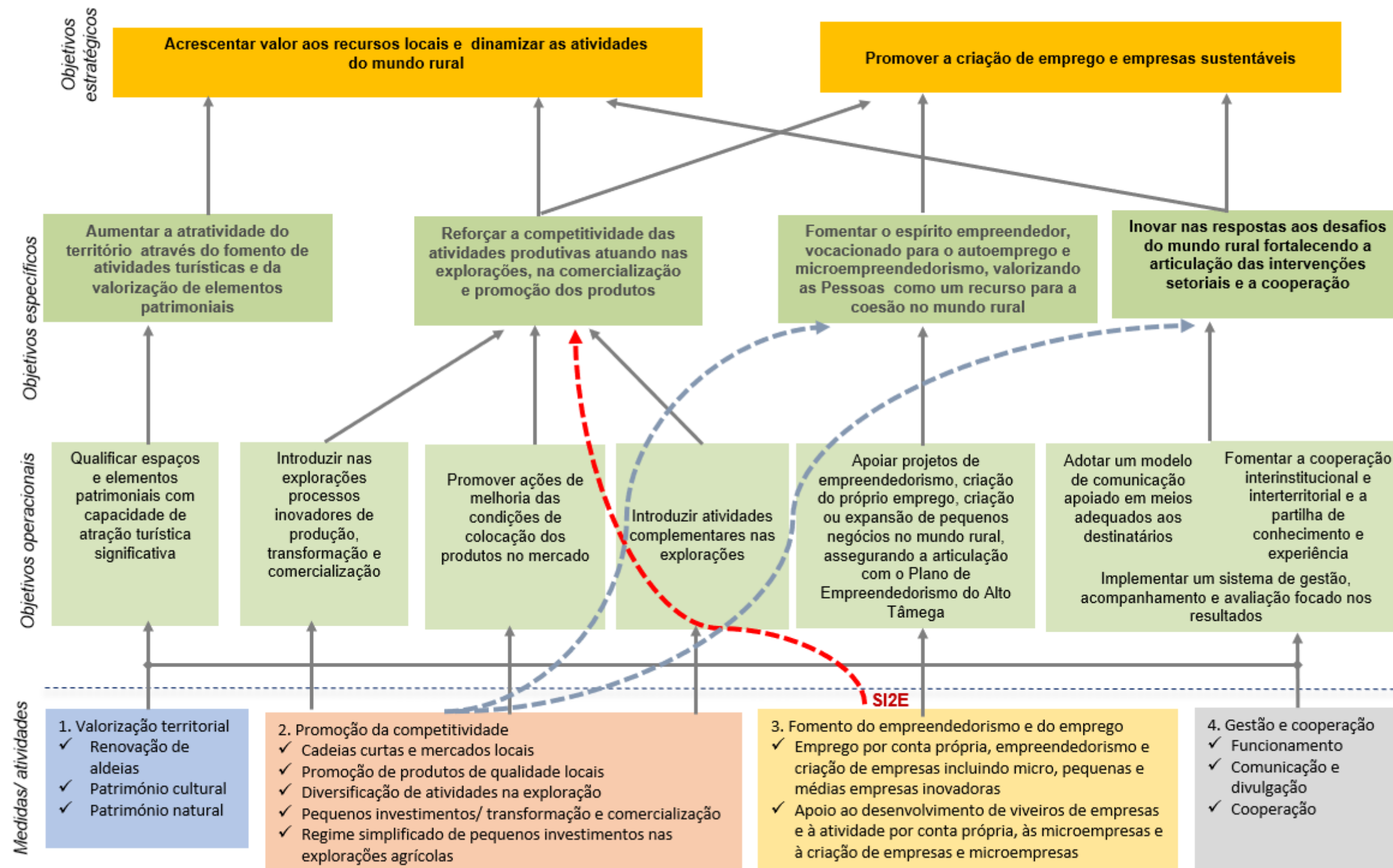
A dotação financeira do DLBC em implementação consta da tabela seguinte.

³ Esta referência reflete apenas o facto, sem o valorizar. O processo de simplificação dos indicadores de realização e resultado é desejável, embora o quadro de indicadores selecionados em concreto nem sempre seja o mais adequado.

Medida	Fundo	Dotação Inicial (Despesa Pública €)	Reprogramação 2018 (Despesa Pública €)
Pequenos investimentos na exploração agrícola	FEADER	625 000	1 002 163
Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas		1 292 110	1 292 110
Diversificação de atividades na exploração agrícola		871 163	871 163
Cadeias curtas e mercados locais		396 019	396 019
Promoção de produtos de qualidade locais		396 019	18 856
Renovação de Aldeias		356 257	356 257
Património Cultural	FEDER	43 110	43 110
Património Natural		43 110	43 110
Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	FEDER	193 995	193 995
	FSE	1 437 000	1 437 000
Projetos de investimento para expansão de pequenas e microempresas de base local ou para criação de novas empresas e pequenos negócios	FEDER	581 985	581 985

O esquema que apresentamos na página seguinte, como referimos, estabiliza o quadro lógico de relação entre objetivos e medidas do DLBC. Note-se que a medida/atividade 4 (gestão e cooperação) é financiada através de projetos da própria ADRAT financiados também pelo Norte 2020 e pelo PDR 2020.

Hierarquia de objetivos da EDL - GAL da ADRAT



3.3. PERTINÊNCIA E COERÊNCIA DA ESTRATÉGIA

A avaliação da pertinência da estratégia resulta diretamente das considerações da secção anterior. De certa forma, esta avaliação deveria ter sido realizada numa perspetiva *ex-ante* (na fase da programação), pois neste momento, já com a intervenção a meio caminho e com uma grande inércia dos instrumentos financeiros do Portugal 2020, já não haverá margem para alterações substanciais ao quadro estrutural e de gestão do DLBC. Sendo realista, a pressão da execução, o grau de compromisso, a ineficiência de todo o processo de decisão e a perda de oportunidade de colocar esta questão na agenda da reprogramação do PT2020 – até porque estes instrumentos DLBC têm um peso relativo pequeno no quadro dos programas operacionais.

No entanto, é possível, e desejável, que esta avaliação se faça, não só porque ainda haverá alguma margem de manobra, pelo menos na redistribuição de montantes financeiros intra-medidas ou nalguns procedimentos tendentes a facilitar a adesão de promotores, mas também porque é o próprio instrumento DLBC que está em avaliação (e não apenas, especificamente, o DLBC ADRAT), pelo que convém reafirmar em que medida certos constrangimentos de programação podem afetar a qualidade da intervenção.

Pertinência

A pertinência da estratégia pode ser aferida a partir da sua capacidade de responder aos grandes desafios deste território – que, como vimos, foram identificados na fase inicial de conceção da estratégia, mas se mantêm atuais -, que recordamos em pequenos excertos retirados da EDL na sua primeira versão.

O desafio da persistência e continuidade na intervenção

O Alto Tâmega não é uma realidade territorial que surge agora, tendo sido palco de uma intervenção continuada e concertada das autoridades, instituições e empresas a diversos níveis. Em particular, a história da própria ADRAT é uma história de persistência ao nível do desenvolvimento rural, através de uma abordagem integrada e participativa, de raiz local e sentido bottom-up, em linha com a abordagem LEADER.

Este desafio orienta a proposta de estratégia para um modelo em que não se introduzem ruturas na forma de trabalhar – valorizando precisamente o capital de conhecimento acumulado – mas também não se ignoram as especificidades que os novos instrumentos financeiros (PDR e PO Regional, através do apoio ao DLBC) introduzem, visando a otimização da sua aplicação.

A leitura avaliativa que pode fazer-se é dupla.

Por um lado, a avaliação recolheu testemunhos de que a atividade da ADRAT (não só no âmbito do DLBC, mas noutros domínios de ação) permitiu dar efetiva continuidade a este processo. O quadro 3 e o gráfico 3

do **anexo V** (referente aos resultados da inquirição de beneficiários) mostra que cerca de 60% dos respondentes avaliam positivamente o papel da ADRAT na dinamização do DLBC, elevando-se essa proporção para 70% quando se questiona acerca da atividade da ADRAT no favorecimento de contactos entre pessoas e organizações.

Mas, por outro, as limitações do quadro de financiamento da EDL retiraram alguma capacidade de resposta à ADRAT, designadamente à sua ETL, para uma atividade mais “no terreno”. O financiamento está muito concentrado em medidas FEDER/FSE de promoção de emprego, empreendedorismo e apoio a microempresas e aos pequenos investimentos de qualificação e diversificação nas explorações agrícolas apoiados pelo FEADER. Estas são intervenções tendencialmente atomizadas ou de iniciativa individual, mas que consomem recursos desproporcionados das tarefas de atendimento, análise, decisão, contraditório, articulação com AG dos programas operacionais, acompanhamento administrativo, etc.).

O desafio da competitividade: inovação e empreendedorismo

Os estímulos introduzidos, no passado, pelos instrumentos de política pública ao nível das dinâmicas do setor produtivo não foram suficientes para que estas se tornassem autossuficientes e geradoras de rendimento, especialmente em determinados setores de atividade, do território e das populações. A fileira da agricultura e agroindústria, bem como da comercialização de produtos destes setores, é um exemplo, não tendo acompanhado o registo mais positivo que o turismo, por exemplo, apresentou. O comércio, tanto urbano como rural, apresenta sinais de decadência, afetando também muitas famílias ao nível do rendimento. A indústria transformadora – exceto de alguns produtos específicos, como os recursos minerais ou florestais – é um setor incipiente. É certo que há eventos de grande visibilidade no exterior, mas a sua realização é pontual, e os efeitos na geração de emprego ou de negócios sustentáveis é limitado

Neste âmbito, talvez uma das principais fragilidades esteja relacionada com a incipiência de iniciativas de natureza empresarial, sobretudo nos meios rurais – por falta de ideias inovadoras, de gente empreendedora, de qualificações, de organização e cooperação.

Este é um dos grandes desafios – talvez o mais central – para esta EDL: valorizar os recursos e os produtos endógenos deste território através do estímulo a iniciativas inovadoras e do apoio ao empreendedorismo, única forma realmente sustentável de promover o desenvolvimento económico e a criação de emprego.

O comentário que pode fazer-se à adequação da estratégia a este desafio refere-se tanto à falta de verdadeiros instrumentos de estímulo à competitividade (o SI2E e as medidas FEADER são de natureza “conservadora” e pouco suscetíveis de gerar dinâmicas inovadoras com alguma escala) como à sua execução (designadamente a alguma incapacidade de mobilizar articulações mais potentes entre as medidas de

investimento “individual” e outras complementares, gerando estratégias de eficiência coletiva no seio do próprio DLBC ou noutros quadros estratégicos).

De qualquer forma, nesta lógica de sinergias internas e articulações externas (por exemplo, com a CIM AT, no âmbito do empreendedorismo; e com o PROVERE), as expectativas são positivas, antecipando-se possíveis resultados. Mais uma vez, as principais limitações decorrem do formato e da dimensão global do DLBC, e não tanto dos seus instrumentos e aplicação em concreto.

O desafio da inversão de dinâmicas regressivas

É desnecessário enfatizar os graves problemas de sustentabilidade social que já assinalámos, os quais afetam de forma quase generalizada todas as áreas do território – das mais remotas às concentrações urbanas mais centrais, como é o caso da cidade de Chaves.

Para lhes responder, tem sido privilegiada uma intervenção de natureza pública na disponibilização de infraestruturas e serviços de natureza económica e social, mas este tipo de política não conseguiu inverter as tendências, por duas ordens de razão:

(a) É centrada na oferta de estruturas e serviços a partir de uma leitura territorial desfasada da realidade, que não avalia da forma devida a sustentabilidade das soluções – aspeto que a crise financeira do Estado português veio agravar. Prestar serviços públicos nem sempre significa – e de cada vez menos – construir edifícios e distribuir profissionais, mas sim combinar os modelos tradicionais com a prestação à distância, utilizando as novas TIC, a adoção de soluções de natureza ambulatoria e a introdução de soluções eficientes de apoio à mobilidade de populações em áreas de baixa densidade.

(b) A qualidade dos serviços públicos não chega para induzir dinâmicas sociais ou económicas, nem o emprego público, ou equivalente, gera riqueza e estímulo suficiente para todos, especialmente para as camadas jovens com maiores índices de qualificação escolar e técnica do que as gerações anteriores. Dessa forma, os fenómenos da emigração (que é seletiva, atingindo os escalões mais jovens), da perda de competências humanas e do envelhecimento demográfico acumulam efeitos.

Também este desafio recomenda uma centragem da estratégia de DLBC no estímulo à inovação e ao empreendedorismo e à multiplicação de iniciativas geradoras de emprego. E também, naturalmente, a novas políticas públicas municipais e intermunicipais ao nível da reformulação de todo o sistema de prestação de serviços de proximidade e a uma postura institucional que reforce os mecanismos de cooperação entre agentes públicos e privados, designadamente os de natureza associativa.

A resposta da EDL a esta problemática é limitada, e ainda mais no seu quadro de afetação de recursos. É certo que o SI2E, com FEDER e FSE, dá algumas respostas, mas numa região carente de energia “humana” talvez seja necessário algo mais do que isso. O DLBC centra-se muito no apoio a pequenas iniciativas de qualificação, diversificação e atividade económica, não tendo muita capacidade para responder a dimensões

de natureza sociocultural ou de qualidade de vida, que também são essenciais na inversão do processo de perda.

Coerência interna

Esta análise refere-se à articulação entre medidas do DLBC. A conclusão geral é a de que não se estão a garantir significativos efeitos de sinergia entre as diversas linhas de intervenção no quadro desta EDL.

A primeira razão, já referida, é de natureza estrutural, pois a natureza “multifundos” do DLBC parece não passar de uma formalidade. A programação é relativamente segmentada, não promovendo, desde logo, a articulação de medidas FEDER/FSE com as do FEADER. Seria desejável que a implementação assegurasse, ou procurasse assegurar, este efeito sinérgico, trabalhando previamente a procura, lançando avisos em que ficasse evidente a valorização desta relação/complementaridade, por exemplo através dos critérios de seleção. No entanto, registam-se sinais contrários.

Por exemplo, ficou estabelecido que o apoio FEDER no âmbito do SI2E incide exclusivamente em projetos de investimento efetuados fora das explorações agrícolas – o que significa que não se facilitam projetos integrados, que a diversificação das atividades é menos estimulada. O montante FEDER disponível na medida de valorização do património cultural e natural é irrisório (pouco mais de 40 mil euros em cada linha), sendo legítimo questionar que tipo de resultado se pretende atingir, e ainda não foi lançado qualquer aviso, dificultando a articulação, que teria sido desejável, com a medida de renovação de aldeias (FEADER).

Os critérios de seleção nas diversas linhas apenas parcialmente respondem ao requisito de promover a geração de sinergias internas entre medidas.

No caso das medidas FEADER, é valorizado o contributo para os objetivos da EDL (com um peso significativo, entre 40% e 60% do total da pontuação). A aferição deste contributo não se refere a uma “intensidade” desse contributo, mas à sua “diversidade” (pontua proporcionalmente ao número de objetivos para os quais o projeto contribui), o que parece interessante do ponto de vista da promoção de sinergias

Já no caso do FEDER/FSE (SI2E), há um subcritério que afere a “Abrangência e transversalidade” da candidatura, que “afere a ligação da candidatura com outras tipologias apoiadas”. No entanto, a Autoridade de Gestão do Norte 2020 decidiu não aplicar este critério aos projetos do SI2E dos DLBC.

Em síntese, embora existam mecanismos que podem potenciar um efeito de conjunto entre as diversas medidas, eles não estão a ser integralmente mobilizados.

Coerência externa

Este critério de avaliação refere-se à articulação do DLBC com outras estratégias.

Em linha com o estabelecido no Acordo de Parceria Portugal-UE para o período 2014-2020, a conceção inicial da estratégia foi alinhada com alguns referenciais regionais, destacando-se a *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial* (EIDT) desenhada para a NUTS III do Alto Tâmega e a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS 3 Norte).

Ao nível da avaliação de mérito dos projetos/candidatura, encontraram-se evidências de utilização de critérios relacionados com a inserção explícita na *RIS3* (no caso do SI2E) ou com a promoção e organização de cadeias de valor no território. Também a articulação com o *PROVERE Aquanatur* é valorizada no SI2E – na sua grande maioria, os projetos aprovados no DLBC são considerados projetos complementares do PROVERE.

Para além destas estratégias e programas, a avaliação encontra articulações, mesmo que apenas ao nível dos objetivos e da animação de parcerias, entre o DLBC e outros projetos, como *Formação para o Desenvolvimento*, *SOCIALNEET*, *CULINART*, *KEEP ON*, *TE.EN.FARM – Teaching Entrepreneurship for new farmers*, *TROCO 2 – Mercado Transfronteiriço de Intercâmbio de Carbono*, *RURAL SKILLS*, *EMER-N - Empreendedorismo em Meio Rural na Região do Norte* e *+Turismo +Sabor* (ver **anexo IV**).

Uma nota sobre a articulação das linhas de financiamento FEDER e FSE relativas ao SI2E, inseridas em dois instrumentos territoriais: o PCDT do Alto Tâmega (gerido pela CIM AT) e o DLBC.

Há um conjunto de princípios comuns e há alguma articulação ao nível das duas entidades, CIM AT e ADRAT, ao nível da promoção-divulgação deste instrumento e das metodologias de avaliação de candidaturas (que, aliás, são comuns a todo o Norte 2020 e mesmo a todo o Portugal 2020, salvo pequenos ajustamentos regionais). No entanto, tanto estas entidades como alguns promotores são críticos relativamente ao modelo de programação e gestão, que divide de forma meramente formal as duas linhas. A distinção é feita apenas por um critério de dimensão do projeto e, dessa forma, não fica garantido que um projeto com investimento elegível superior a 100 mil euros que concorra para os objetivos da estratégia DLBC seja aprovado, já que os critérios de seleção utilizados na linha gerida pela CIM não preveem qualquer avaliação do alinhamento ou contributo para a EDL. Os resultados do inquérito a promotores parecem confirmar que não é percebida uma real distinção entre os dois instrumentos – dois em cada três respondentes não conhecem ou conhecem apenas superficialmente a EDL e um em cada três não distingue as suas medidas de outros instrumentos de apoio.

Finalmente, deve observar-se a clara complementaridade com áreas de intervenção do PDR 2020. Em especial, assinala-se o caso da linha com maior procura e maior número de projetos aprovados (pequenos investimentos na exploração agrícola), em que os investimentos apoiados são complementares de projetos aprovados ou em execução de outras medidas a nível nacional do PDR 2020.

3.4. DISPOSIÇÕES DE GESTÃO E DE ACOMPANHAMENTO DA ESTRATÉGIA

O modelo de gestão adotado para o DLBC Rural do Alto Tâmega, à semelhança dos restantes no país, assenta num contrato para a gestão assinado em janeiro de 2016 entre a Direção da ADRAT e as Autoridades de Gestão dos programas operacionais PDR 2020 e Norte 2020. Este contrato estabelecia um compromisso mútuo para a gestão e financiamento da EDL.

Em termos operacionais, o modelo adotado foi o seguinte:

Parceria: integra os cerca de 34 associados da ADRAT.

Órgão de Gestão: direção da ADRAT, apoiada por uma equipa técnica local (ETL) que integra 7 pessoas, com diferentes competências.

Programas financiadores:

- Norte 2020: S12E (FEDER e FSE) e Património Natural e Cultural (FEDER) e ainda assistência técnica à animação do DLBC (FSE).
- PDR 2020 (medidas FEADER) e ainda funcionamento e animação do GAL e cooperação (FEADER).

A ADRAT é dinamizadora da EDL, fazendo, em colaboração com as AG ou a CIMAT, a divulgação dos instrumentos financeiros. As candidaturas são introduzidas no Balcão 2020 e analisadas pela ETL, em primeiro lugar de acordo com os critérios de admissibilidade do beneficiário e da operação, e depois com aplicação da metodologia de avaliação de mérito.

Realizada a apreciação e emissão de parecer técnico, o Órgão de Gestão decide acerca da admissão e aprovação ou não dos projetos candidatados, propondo-os para aprovação pelas AG dos PO financiadores (FEADER para o PDR 2020, FEDER e FSE para o PO Norte). Estas AG fazem a aprovação final, podendo, fundamentadamente, não homologar decisões do OG do DLBC.

Após homologação e contratação inicia-se a execução, com acompanhamento pela ADRAT, validação pelas ET das AG dos programas operacionais e pagamento pelas Autoridades Pagadora (IFAP, para o FEADER; e ADC, para o FEDER e FSE).

Ao longo de todo o processo há interação entre o beneficiário e a estrutura de gestão, com intervenção da ADRAT enquanto entidade de *front office* da EDL.

Alguns elementos de leitura deste modelo e do seu funcionamento são os seguintes:

- A inclusão no DLBC de financiamentos à atividade agrícola (pequenos investimentos às explorações e à transformação) ou do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E) implicou algumas dificuldades de capacitação inicial da equipa, que tinha prática na animação da rede e na geração de projetos, mas não da sua avaliação, especialmente em domínios em que há competências técnicas específicas.
- Além desse facto, o período inicial foi de grande instabilidade, devido à pressão da procura destas medidas e à dificuldade de estabilizar, com os dois programas operacionais financiadores, os princípios e metodologias de avaliação e processamento de candidaturas.
- Esta pressão desviou recursos das tarefas de animação e estímulo da procura, o que é visível, por exemplo, pela incipiência do projeto de animação e pela ausência de projetos de cooperação (apenas em 2019 estas duas áreas de ação entrarão em plena execução). Até aqui, a animação resumiu-se, praticamente, à divulgação da EDL e das suas linhas de financiamento, com a realização de sessões pelo território e informação no *site* Internet da ADRAT.
- A participação da ADRAT como elemento da gestão, com responsabilidade de apreciação de projetos, coloca também questões em termos do que podemos chamar “conflito de interesses”. Este conflito não existe do ponto de vista formal (no caso de haver projetos apresentados por associados da ADRAT, os mesmos não são avaliados localmente, mas sim diretamente pelas ET dos programas operacionais), mas pode condicionar a atividade da ADRAT na colaboração com agentes regionais, ajudando a construir ou melhorar alguns projetos que depois avaliará em contexto de concorrência com outros.
- Não há uma boa integração deste Órgão de Gestão (incluindo da ETL) no processo de decisão global que emana do Portugal 2020 e dos dois programas operacionais, contrariando a lógica *bottom up* associada aos DLBC. Há uma prevalência dos mecanismos burocrático-administrativos e de regulamentação sobre os mecanismos de flexibilidade necessários a ajustamentos eficientes.
- O acesso aos Sistemas de Informação dos PO e dos Fundos não é fluído nem integral, o que dificultou, por exemplo, a recolha de informação para esta avaliação. Apenas o recurso a informação disponível

na própria ETL, e modalidades paralelas ou por recolha específica, permitiu gerar alguns dos indicadores para a avaliação – o que revela igualmente alguns problemas de monitorização *on going*.

- O tempo de decisão é demasiado longo, registando-se, em algumas linhas e em algumas fases do processo, desvios significativos face ao previsto. No caso das medidas FEADER, regista-se uma média de 290 dias após o encerramento do aviso para chegar à primeira decisão de aprovação ou não aprovação (pela ADRAT) e 376 dias para a decisão final (pela AG do PDR 2020). Para os projetos do SI2E já decididos esse prazo médio é de 264 dias. Este é, claramente, o aspeto mais negativamente avaliado pelos promotores inquiridos: 53% consideram tempo excessivo (compare-se, no quadro 16 do **anexo V**, com a avaliação de outros aspetos operacionais).
- À exceção da questão dos prazos de decisão, da complexidade burocrática para candidatura e das datas de lançamento dos avisos, o desempenho da gestão é muito positivamente avaliado pelos promotores, de acordo com os resultados do inquérito realizado nesta avaliação (**anexo V**).
- O sistema de indicadores de realização e resultado do DLBC não é adequado à monitorização de dinâmicas de desenvolvimento do território, focando-se apenas nos objetivos específicos de cada uma das medidas. Mesmo desse ponto de vista, os indicadores, especialmente os de resultado, são demasiado simplistas e carecem, em alguns casos, de uma definição metodológica mais clara. O sistema de indicadores previsto na formulação inicial da estratégia era relativamente mais rico (ver **anexo III**).

Como nota adicional acerca deste aspeto, deve referir-se que alguns dos membros da parceria do DLBC têm uma visão crítica acerca da participação da ADRAT neste modelo, considerando que esta associação não deve estar no papel de “gestor”, mas sim no de parceiro, dinamizador e plataforma colaborativa do processo de desenvolvimento.

4. EXECUÇÃO DA EDL

4.1. CONTRIBUTOS DAS OPERAÇÕES NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA PARA O CUMPRIMENTO DOS SEUS OBJETIVOS

Para realizar esta leitura avaliativa retoma-se o quadro de objetivos da EDL que apresentámos a encerrar a secção 3.2, remetendo também para a leitura do capítulo 5, que aborda mais em detalhe o ponto de situação e o contributo de cada medida para esses objetivos. A informação relevante para a análise consta dos anexos VI, VII e VIII.

A tabela seguinte permite observar as taxas de compromisso da dotação financeira em cada medida, comparando-as com a taxa de cumprimento das metas fixadas para cada indicador, em 2023. As cores assinalam: (verde) - medidas cujo grau de compromisso financeiro deixa ainda margem para cumprir, ou superar, as metas definidas; (laranja) –medidas em que o cumprimento das metas será impossível ou muito difícil no quadro de desempenho e programação atual.

Em função desta leitura e de outros elementos de avaliação (designadamente os que constam do capítulo 5), encerra-se esta secção com uma tabela sintética de resposta à questão aqui colocada.

Medida	Fundo	Taxa comprom.	Indicadores	2023		
				Cand. Apr.	Meta	Txa cumpr.
Renovação de Aldeias	FEADER	0,84	Realiz.	1	5	1,0
			Projetos/ Beneficiários apoiados (nº)	1	5	1,0
Património cultural	FEDER	0	Realiz	0	431	0
			Result.	0	130	0

Medida	Fundo	Taxa comprom.	Indicadores		2023		
					Cand. Apr.	Meta	Txa cumpr.
Património natural	FEDER	0	Realiz	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiárias de apoio	0	431	
			Result	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0	130	
Pequenos investimentos na exploração agrícola	FEADER	0,86	Realiz	Projetos Apoiados (nº)	43	50	0,86
Projetos/ Beneficiários apoiados (nº)				43	50	0,86	
Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas		0,83	Realiz	Projetos Apoiados (nº)	16	19	0,84
				Projetos/ Beneficiários apoiados (nº)	16	19	0,84
		Result	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados (nº)	0	27	0	
Diversificação de atividades na exploração agrícola		0,51	Realiz	Projetos Apoiados (nº)	3	9	0,33
				Projetos/ Beneficiários apoiados (nº)	3	9	0,33
			Result	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados (nº)	0	13	0

Medida	Fundo	Taxa comprom.	Indicadores		2023		
					Cand. Apr.	Meta	Txa cumpr.
Cadeias curtas e mercados locais		0,20	Realiz	Projetos Apoiados (nº)	1	5	0,2
				Projetos/ Beneficiários apoiados (nº)	1	5	0,2
Promoção de produtos de qualidade locais		0,85	Realiz	Projetos Apoiados (nº)	1	5	0,2
				Projetos/ Beneficiários apoiados (nº)	1	5	0,2
Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos (...)	FEDER	0,35	Realiz	Empresas que beneficiam de apoio (nº)	28	39	0,72
Projetos de investimento para expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas (...)			Result	Postos de trabalho criados (nº)	48	55	0,9
Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos (...)	FSE	0,02	Realiz	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego (nº)	46	65	0,7
			Result	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio (nº)	95,65%	50%	1,9

DLBC ADRAT: síntese de análise do contributo para os objetivos

OBJETIVOS	MEDIDAS QUE CONTRIBUEM	OUTROS ELEMENTOS RELEVANTES	SÍNTESE DE AVALIAÇÃO
<i>Aumentar a atratividade do território através do fomento de atividades turísticas e da valorização de elementos patrimoniais</i>	Renovação de Aldeias (FEADER) Património Cultural (FEDER) Património Natural (FEDER)	Há uma boa procura para a medida de renovação de aldeias. As medidas “património” não tiveram qualquer aviso de candidaturas.	As metas da medida “aldeias” já foram alcançadas, havendo ainda reserva financeira que, associada a algum investimento em património, permitirá um maior contributo para este objetivo.
<i>Reforçar a competitividade das atividades produtivas atuando nas explorações, na comercialização e promoção dos produtos.</i>	Pequenos investimentos na exploração agrícola (FEADER) Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas (FEADER) Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER) Cadeias curtas e mercados locais (FEADER) Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho. (FEDER) Projetos de investimento para expansão de pequenas e microempresas de base local ou para criação de novas empresas e pequenos negócios. (FEDER)	A procura instalada é compatível com a programação, sendo intensa nas medidas destinadas a pequenos investimentos e à diversificação. O SI2E é um interessante promotor de diversificação produtiva, por ser de aplicação mais generalizada no território.	As medidas de natureza individual, pela sua dimensão global, darão um bom contributo para este objetivo – incluindo as medidas FEADER e FEDER. Já as medidas FEADER mais “coletivas”, ou menos ligadas à exploração, têm mais dificuldade em dinamizar-se e atingir os objetivos.

OBJETIVOS	MEDIDAS QUE CONTRIBUEM	OUTROS ELEMENTOS RELEVANTES	SÍNTESE DE AVALIAÇÃO
<i>Fomentar o espírito empreendedor, vocacionado para o autoemprego e microempreendedorismo, valorizando as pessoas como um recurso para a coesão no mundo rural</i>	<p>Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho. (FEDER - FSE)</p> <p>Projetos de investimento para expansão de pequenas e microempresas de base local ou para criação de novas empresas e pequenos negócios. (FEDER)</p> <p>Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas (FEADER)</p> <p>Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)</p>	<p>As duas medidas FEADER aqui incluídas têm também como indicador de resultado a geração de emprego.</p> <p>A dotação FSE é claramente desproporcionada face à procura existente na região.</p>	<p>As medidas FEADER ainda não geraram empregos, mas o SI2E dá um contributo decisivo, tanto mais que ainda há folga financeira.</p>
<i>Inovar nas respostas aos desafios do mundo rural fortalecendo a articulação das intervenções setoriais e a cooperação.</i>	<p>Animação (FSE Norte 2020; FEADER PDR 2020) e cooperação (FEDER Norte 2020).</p> <p>Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)</p> <p>Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)</p> <p>Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)</p>	<p>O contributo para este objetivo vem do cruzamento de duas perspetivas: a inovação no modelo coletivo de resposta aos desafios e a inovação nos produtos e atividades.</p>	<p>O plano de animação e o plano de cooperação estão aprovados e em execução, se bem que numa fase inicial. As medidas FEADER também está com implementação inicial lenta. Este objetivo, não estando comprometido, está atrasado.</p>

4.2. INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS PARCEIROS NA EXECUÇÃO DA EDL

A prática da ADRAT deve ser destacada como um bom exemplo de dinamização de uma parceria, especialmente se atendermos às dinâmicas de algum esvaziamento da região, que não é apenas demográfico, mas também de capacitação institucional.

Nesse quadro, é fundamental manter uma agenda responsabilizadora e participativa, em que a questão do DLBC esteja na ordem de trabalhos. O facto de a parceria ser constituída pelos associados da ADRAT é uma boa base de partida, já que em todas as reuniões de direção (mensais) e em todas as assembleias-gerais é feito um ponto de situação da implementação, uma discussão acerca dos constrangimentos e pontos críticos e uma perspetiva dos próximos passos. Estas referências estão registadas em atas.

Note-se que esta dinâmica coletiva é, de certa forma, confirmada pela procura de apoios no próprio DLBC, onde há projetos apoiados de autarquias, associações e empresas. Além disso, há um quadro adicional de projetos de âmbito regional ou local em que muitos dos membros da parceria estão envolvidos, o que permite prolongar as atividades colaborativas e melhorar os níveis de coerência externa.

Esta dinâmica é confirmada ainda pelo facto de terem comparecido cerca de 50 pessoas – representando instituições e empresas – nos painéis de discussão realizados no âmbito desta avaliação.

Numa dimensão mais qualitativa da avaliação, baseada nas entrevistas e nos dois painéis de discussão, há uma corrente de pensamento local que questiona a participação da ADRAT enquanto entidade gestora de fundos, com a obrigação de realizar funções burocráticas e de decisão sobre financiamento de projetos, principalmente no modelo atual em que não tem verdadeira autonomia para escolher as prioridades e a afetação de verbas. Os que defendem esta posição invocam a necessidade de manter a ADRAT como plataforma colaborativa e dinamizadora, que promova a qualidade dos projetos na região. Esta leitura é, de certa forma, confirmada pelos promotores inquiridos pela avaliação (ver quadro 3 do **anexo V**). Estes agentes regionais reconhecem duas debilidades que a ADRAT deve ajudar a superar:

- As limitações de capacitação das instituições em geral, muitas delas em situação de alguma insustentabilidade, outras sem as necessárias competências para desenvolver projetos de maior impacto potencial.
- A falta de qualidade generalizada dos projetos e iniciativas de investimento na região.

Neste sentido, a ADRAT deveria focar-se essencialmente em ser uma mais valia para esta capacitação coletiva e qualidade de projetos.

4.3. INFORMAÇÃO SOBRE AS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO DO GAL

Como referimos, o processo de animação associado à implementação da EDL está numa fase muito inicial, sobretudo porque as tarefas de gestão consomem os meios técnicos e humanos da ADRAT sem deixar margem para estas atividades.

Na prática, a animação tem-se limitado a ações de divulgação e comunicação, para além da interação existente no seio da parceria, que referimos na secção anterior, de alguns seminários e do ciclo de Conversas IN, que já vem sendo realizado desde 2012. Desde o início do DLBC há registo do seguinte programa de divulgação realizado até final de 2018:

Tipologia de sessão	Data	Local	Nº de participantes
Sessão de divulgação	12/07/2016	Chaves	11
Sessão de divulgação	14/07/2016	Salto/Montalegre	16
Sessão de divulgação	14/07/2016	Montalegre	36
Sessão de divulgação	15/07/2016	Chaves	12
Sessão de divulgação	19/07/2016	Valpaços	34
Sessão de divulgação	19/07/2016	Boticas	35
Sessão de divulgação	21/07/2016	Vila Pouca de Aguiar	21
Sessão de Esclarecimentos	28/05/2018	Valpaços	28
Sessão de Esclarecimentos	11/06/2018	Boticas	43
Sessão de Esclarecimentos	14/06/2018	Montalegre	18
Sessão de Esclarecimentos	20/06/2018	Chaves	7
Sessão de Esclarecimentos	13/07/2018	Vila Pouca de Aguiar	30
Seminário “Qualificação de produtos locais	22/11/2017	Chaves	53
Seminário “Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos”	08/11/2017	Chaves	33
Conversas IN – “O Futuro da Europa”	20/09/2018	Chaves	63

O plano de animação, financiado pelo Norte 2020, inclui o prolongamento deste ciclo de seminários, bem como um programa de capacitação das instituições, respondendo à necessidade de revitalizar o quadro de parceiros que, a nível regional e local, devem desmultiplicar a atividade da ADRAT e ajudar a atingir os objetivos da EDL.

4.4. INFORMAÇÃO SOBRE A APLICAÇÃO DA METODOLOGIA LEADER ATRAVÉS DO MECANISMO DE EXECUÇÃO DA EDL

Neste capítulo fazemos uma leitura sintética da aplicação da metodologia LEADER de abordagem ao desenvolvimento dos territórios, percorrendo os sete princípios consensualizados na política europeia⁴.

1. Uma abordagem territorial

Para desenvolver de forma duradoura um dado território de pequenas dimensões, o programa tira partido do potencial real desse território. Tem em conta os seus pontos fortes e desvantagens e a estratégia de desenvolvimento elaborada responde às suas necessidades reais. Os limites deste território não são definidos unicamente pelas fronteiras administrativas, sendo, portanto, flexíveis.

A EDL, tal como definida inicialmente (na primeira fase de qualificação dos DLBC, em 2015), assentou em bases sólidas de diagnóstico, dando continuidade ao processo de intervenção protagonizado pela ADRAT e por outras instituições na região do Alto Tâmega. Neste processo, a questão da territorialidade era central, e pode mesmo dizer-se que se respeitava o princípio da flexibilidade dos seus limites – basta atender aos diversos processos de cooperação interterritorial-transfronteiriça com participação da ADRAT, liderando ou colaborando enquanto parceira.

No entanto, os constrangimentos da programação do período 2014-2020 contrariaram este princípio. Primeiro porque impuseram um conjunto de medidas e linhas de financiamento padronizadas (a nível nacional), sem atender de forma adequada às necessidades reais do território; e, depois, porque foi contrariada a natureza flexível desse território, adotando diversas regras rígidas nos limites espaciais para aplicação dos financiamentos⁵.

A EDL em implementação, apesar deste constrangimento “original”, mantém fortes níveis de adequação ao racional estratégico específico do Alto Tâmega, seja porque se estão a conseguir bons níveis de coerência externa com outros programas-intervenções (da responsabilidade da ADRAT ou da CIM, por exemplo), seja

⁴ A definição associada a cada princípio é a que consta no documento “Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre o desenvolvimento local de base comunitária enquanto instrumento da política de coesão 2014-2020 para o desenvolvimento local, rural, urbano e periurbano” (ECO/366, CES, Bruxelas, 11 de dezembro de 2014).

⁵ Veja-se, por exemplo, esta formulação do Acordo de Parceria 2014-2020: “No caso das EDL rurais, os apoios no âmbito do FEADER deverão incidir, sobretudo, em intervenções relativas a pequenos investimentos ou para a diversificação de atividades a realizar nas explorações agrícolas, enquanto o apoio FEDER incidirá exclusivamente em projetos de investimentos efetuados fora das explorações”.

porque algumas linhas de financiamento têm sido aplicadas de forma a maximizar o seu contributo para os objetivos.

2. Uma abordagem «da base para o topo»

Na altura de decidir e definir as prioridades de uma estratégia de desenvolvimento, é muito importante associar a administração do território e os seus habitantes. Importa colocar a tónica no nível mais baixo, o que constitui o mais importante dos sete pontos do programa. Contudo, tal não tem por objetivo excluir o nível nacional superior, mas sim favorecer as trocas entre esses dois níveis.

Este princípio foi também posto em causa, tanto na programação inicial, como na implementação. Embora haja um papel formal de gestão-aprovação de projetos pelo GAL ADRAT, as regras (regulamentares e operacionais), bem como a decisão efetiva de contratação de financiamentos a projetos competem às autoridades de gestão dos dois programas financiadores, que por sua vez estão submetidos a um conjunto de orientações definidas pela administração central e são obrigatórias em todos os programas.

O órgão de gestão do GAL, e a parceria em geral, mantêm a sua margem de manobra na atividade que desenvolvem na proximidade das populações e agentes locais, através de ações de divulgação, cooperação e animação, incluindo as que são desenvolvidas no âmbito de outros programas. Estas atividades, associadas ao exercício de análise de candidaturas e posterior acompanhamento de projetos, permitem manter uma monitorização das dinâmicas no território e alimentar alguma interação com as AG e outras instâncias da governação (por exemplo, através da participação nas atividades da Federação Minha Terra e da Rede Rural Nacional). Trata-se, no entanto, de um exercício limitado deste princípio *bottom-up*.

3. Grupos de ação local

O apoio à criação de grupos de ação local constitui um elemento importante do programa. Os grupos locais devem reunir as parcerias dos setores público, privado e do voluntariado e conduzir a um diálogo sobre a orientação a dar ao desenvolvimento do território.

Neste domínio, há duas perspetivas contrastantes no Alto Tâmega.

Em primeiro lugar o processo de preparação da EDL, que foi muito participado e cuja dinâmica em rede se tem prolongado, corporizando o conceito de parceria público-privada, bem visível na natureza diversificada dos associados da ADRAT e na adesão de um grupo ainda mais alargado aos momentos de discussão de estratégias ou sua avaliação.

Por outro lado, as limitações que a programação impôs a este quadro dinâmico, impondo domínios de intervenção e prioridades de investimento.

4. Uma abordagem inovadora

O programa apoia a inovação, esforçando-se por criar produtos, processos, organizações e mercados novos. O facto de ser concedida uma flexibilidade máxima aos grupos locais permite que gerar inovações.

Há uma dupla contrariedade a este princípio.

Por um lado, as dinâmicas de perda do território esvaziam-no de capacidade para inovar – faltam agentes, faltam interações entre investigação, desenvolvimento e mercados.

Por outro lado, a própria configuração do DLBC, em que, recorda-se, desapareceu precisamente o Eixo I da proposta inicial, que era o de “promoção do conhecimento e da inovação” e em que há constrangimentos de rigidez, e não a “flexibilidade máxima” que este princípio pressupõe como favorável às inovações.

5. Uma abordagem integrada e multissetorial

A abordagem do programa prevê que se destaque a integração dos diferentes setores. Pretende coordenar o domínio económico, social e cultural, bem como as questões ambientais, integrando-as em projetos conjuntos.

Já abordámos de forma detalhada duas contradições entre o modelo de DLBC adotado e esta lógica de abordagem integrada.

A contradição da limitação de domínios de intervenção, tanto pela visão limitada do que é económico, social, cultural ou ambiental como pela dotação financeira quase irrelevante de algumas linhas de financiamento.

E a contradição do modelo de gestão e dependência de decisões exógenas (dos programas financiadores), que dificulta a consolidação de projetos conjuntos.

6. Ligação em rede

O programa apoia a criação de redes para que os participantes partilhem as suas experiências. Estas redes podem ter um carácter institucional, dado serem financiadas pela Comissão Europeia, ou um carácter menos formal, dado que são criadas a nível nacional, territorial e local.

Pode fazer-se uma avaliação positiva da aplicação deste princípio, na dupla leitura informal ou formal das redes de partilha de experiências – no âmbito da Rede Rural Nacional e da Federação Minha Terra, a nível

nacional; da própria parceria local e de interação bilateral com outras associações e GAL de territórios com problemáticas semelhantes às do Alto Tâmega, com municípios e a CIM, etc.

7. Cooperação

Contudo, a troca de experiência nas redes não constitui a última etapa da cooperação prevista pelo programa. Os grupos locais podem cooperar diretamente em torno de um projeto temático.

Tal como o princípio referente às ligações em rede, também se regista positivamente a cooperação em torno de projetos específicos, no quadro dos programas de cooperação europeia (ver alguns no anexo IV) e do próprio plano de cooperação cuja implementação a ADRAT iniciou, com financiamento do PDR 2020 e diretamente associado ao DLBC (que inclui projetos no domínio do artesanato, da gastronomia de montanha e do Património Agrícola Mundial (FAO).

8. Animação do território

Para realizar um verdadeiro trabalho com os habitantes de um determinado território, é necessário não só informá-los, mas também criar um ambiente propício à comunicação e reforçar a confiança no princípio de que as suas ideias serão objetivamente avaliadas e tidas em conta.

Este é um princípio presente no modo de atuação da ADRAT e da parceria, sendo que a gestão burocrática-administrativa inerente à gestão do DLBC tem dificultado a libertação de recursos para a intensificar.

Como síntese, pode referir-se que, ao contrário das expectativas iniciais, o modelo DLBC não foi capaz de transportar, e mesmo de aperfeiçoar, a abordagem LEADER.

4.5. A PROGRAMAÇÃO DOS DIVERSOS PO FINANCIADORES (OBJETIVOS ESPECÍFICOS E RESPECTIVOS INDICADORES E METAS) É ADEQUADA FACE À DINÂMICA DE IMPLEMENTAÇÃO DA EDL?

Como já foi referenciado, o processo da programação condicionou a arquitetura da EDL, retirando-lhe algum potencial de integração de dimensões de desenvolvimento sociocultural e conferindo-lhe uma natureza de maior complementaridade-subordinação a lógicas setoriais (PDR2020) e no âmbito do emprego, empreendedorismo e dinamização empresarial (SI2E /Norte 2020).

Também ficou muito empobrecido o quadro de indicadores de acompanhamento, quase reduzido ao número de projetos -explorações -empresas apoiados e ao emprego gerado. No entanto, não é certo que esta situação, bem como a deficiente monitorização destes, ou de outros, indicadores, resulte da programação em concreto ou da execução posterior: como as avaliações de programas em Portugal têm abundantemente

demonstrado, as autoridades responsáveis, aos diversos níveis, têm sido incapazes de compreender ou implementar sistemas de indicadores e modelos de monitorização adequados.

A conjugação dos dois fatores anteriores implicou alguma inadequação das metas físicas aos montantes financeiros em cada linha, porque estas foram fixadas a partir de parâmetros “médios” para o território nacional. A realidade no território – o seu relativo esvaziamento, a existência de muitas áreas produtivas do ponto de vista da economia rural, mas não necessariamente agrícola, a crescente falta de capacitação de algumas instituições – exige um trabalho de reajustamento dessas metas, que terá que ser negociado com os programas operacionais financiadores.

A integração do financiamento DLBC na programação do PT2020, com um modelo muito centralizado de definição de calendários e avisos de candidaturas e uma regulamentação restritiva e pensada para uma realidade que, em muitos casos, não é a deste território, associado à diminuição da atividade de dinamização e animação na região, implicaram algumas dificuldades de ajustamento na resposta regional à disponibilização dos apoios.

5. QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

Interessa referir que em 2018 foi aprovado pelo OG uma reprogramação financeira conforme quadro:

Medida	Fundo	Dotação Inicial (Despesa Pública €)	Reprogramação 2018 (Despesa Pública €)
Pequenos investimentos na exploração agrícola	FEADER	625 000	1 002 163
Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas		1 292 110	1 292 110
Diversificação de atividades na exploração agrícola		871 163	871 163
Cadeias curtas e mercados locais		396 019	396 019
Promoção de produtos de qualidade locais		396 019	18 856
Renovação de Aldeias		356 257	356 257

5.1. QUESTÕES DE AVALIAÇÃO RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES

5.1.1. Questões de avaliação relacionadas com as operações – abordagem LEADER /FEADER

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 1 - Em que medida contribuiu o apoio ao regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas para os objetivos da EDL?

A medida dos pequenos investimentos para a exploração agrícola contribui essencialmente para o objetivo específico *reforçar a competitividade das atividades produtivas atuando nas explorações, na comercialização e promoção de produtos*.

A dotação total da medida é 1.002.163,12€ e já foram lançados dois concursos. O primeiro apresentou uma dotação de 400.000€, ao qual foram apresentadas 49 candidaturas que somavam 705.704,6€ de fundo candidatado. No entanto, apenas foram aprovadas 16 candidaturas (cerca de 33% das candidaturas apresentadas) com um fundo efetivamente aprovado de 210.982,96€.

Ao segundo aviso, com uma dotação de 358.000€, surgiram 87 candidaturas (valor de fundo candidatado - 1.599.647,69€), das quais 23 foram aprovadas que totalizavam 789 248,05 € de investimento aprovado. É clara uma elevada procura a esta medida de apoio a pequenos investimentos nas explorações agrícolas e,

nesse sentido, apresenta já uma taxa de compromisso financeiro de 86% e as metas definidas para os indicadores de realização, apresentam uma taxa de cumprimento de 0,86.

Taxa compromisso	Indicadores		2023		
			Candidaturas Aprovadas	Meta DLBC	Taxa de cumprimento
0,86	Realização	Projetos Apoiados (nº)	43	50	0,86
		Projetos/ Beneficiários apoiados (nº)	43	50	0,86

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 2 - Em que medida contribuiu o apoio aos pequenos investimentos na transformação e comercialização para os objetivos da EDL?

De acordo com a programação do DLBC, a medida dos pequenos investimentos na transformação e comercialização contribui para a concretização do objetivo específico *reforçar a competitividade das atividades produtivas atuando nas explorações, na comercialização e promoção de produtos*.

A presente medida apresenta uma dotação de 1.292.110,47€. Neste âmbito, foram lançados dois avisos: o primeiro com uma dotação de 800.000,00€ e o segundo com 900.960,89€. No primeiro aviso surgiram 13 candidaturas, com um valor de investimento de 2 328 328,57€, montante acima do total da dotação e foram aprovadas 6 candidaturas com valor de despesa pública de 391.149,58€.

Em relação ao segundo aviso, foram apresentadas 15 candidaturas no valor de 2.795.965,09€, das quais 10 foram aprovadas e totalizam 1 735 707,17€ de investimento aprovado.

Tal como a medida anterior, a taxa de compromisso financeiro desta medida é elevada (83%). Em termos de taxa de cumprimento das metas fixadas, os indicadores de realização, projetos e beneficiários apoiados, a medida apresenta uma boa progressão. No entanto, o indicador de resultado “número de empregos criados através de projetos LEADER apoiados” ainda se situa a zero e, face ao grau de compromisso financeiro da medida, poderá ser complicado concretizar a meta de 27 empregos programada para 2023.

Taxa compromisso	Indicadores		2023		
			Candidaturas Aprovadas	Meta DLBC	Taxa de cumprimento
0,83	Realização	Projetos Apoiados (nº)	16	19	0,84

Taxa compromisso	Indicadores		2023		
			Candidaturas Aprovadas	Meta DLBC	Taxa de cumprimento
		Projetos/ Beneficiários apoiados (nº)	16	19	0,84
	Resultado	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados (nº)	0	27	0

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 3 - Em que medida contribuiu o apoio à diversificação de atividades na exploração para os objetivos da EDL?

A diversificação de atividades na exploração contribui para o objetivo operacional *reforçar a competitividade das atividades produtivas atuando nas explorações, na comercialização e promoção de produtos*, podendo ainda considerar-se um potencial contributo para o objetivo *innovar nas respostas aos desafios do mundo rural fortalecendo a articulação das intervenções setoriais e a cooperação*.

A medida apresenta uma dotação de 871.163,34€ e, tal como nas medidas anteriores, foram lançados dois avisos.

O primeiro aviso, com uma dotação de 609.814,34€ obteve uma procura elevada, pois foram apresentadas 18 candidaturas, cujo valor de investimento chegou aos 4.044.206,75€. Destas candidaturas foram aprovadas 3, ou seja, 17% das apresentadas, com um valor de investimento aprovado de 730 064,88€.

O segundo aviso apresentou uma dotação de 490.274,75€. Foram apresentadas 5 candidaturas que representavam um montante de fundo candidatado de 1 055 983,50€.

A medida da diversificação de atividades na exploração apresenta uma taxa de compromisso financeiro de 51%, existe ainda uma margem interessante para aprovação de novos projetos. Em relação aos indicadores, em termos realização (projetos/beneficiários apoiados), os indicadores apresentam uma taxa de cumprimento da meta de 2023 de 50%. Já no que se refere ao indicador de resultado, os projetos ainda não criaram nenhum emprego, logo a taxa de cumprimento encontra-se a zero, pois espera-se que estes projetos apoiados gerem 13 empregos até 2023.

Taxa compromisso	Indicadores		2023		
			Candidaturas Aprovadas	Meta DLBC	Taxa de cumprimento
0,51	Realização	Projetos Apoiados (nº)	3	9	0,33
		Projetos/ Beneficiários apoiados (nº)	3	9	0,33
	Resultado	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados (nº)	0	13	0

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 4 - Em que medida contribuiu o apoio às cadeias curtas e mercados locais para os objetivos da EDL?

De acordo com a programação do DLBC ADRAT, a medida das cadeias curtas e mercados locais contribui para o objetivo operacional *reforçar a competitividade das atividades produtivas atuando nas explorações, na comercialização e promoção de produtos*, podendo ainda considerar-se um potencial contributo para o objetivo *innovar nas respostas aos desafios do mundo rural fortalecendo a articulação das intervenções setoriais e a cooperação*.

A medida das cadeias curtas apresenta uma dotação global de 396.019,12€. Para a sua operacionalização, a ADRAT já lançou dois avisos. O primeiro aviso foi lançado pela dotação total, no entanto apenas apareceu uma candidatura, que foi aprovada com um valor de fundo efetivamente aprovado de 77.855€.

O promotor do projeto aprovado é o Município de Chaves, que com esta operação pretende requalificar o mercado local de produtores, dando-lhe uma maior notoriedade enquanto polo dinamizador das cadeias curtas, potenciando um novo paradigma para a produção, comercialização e consumo alimentar.

A intervenção prevê a modernização das infraestruturas existentes e ações de promoção e sensibilização para a comercialização de proximidade, permitindo o escoamento e valorização da produção local.

Foram apresentadas 6 candidaturas ao segundo aviso, cujo montante de fundo solicitado era de 343469,26€, mas nenhuma foi aprovada.

Trata-se da medida financiada pelo FEADER, no seio do DLBC ADRAT, com menor taxa de compromisso financeiro, cerca de 21%, o que revela uma maior dificuldade de concretização de projeto com uma natureza

mais coletiva. Os indicadores apresentam igualmente uma taxa de cumprimento das metas na ordem dos 20%.

Taxa compromisso	Indicadores		2023		
			Candidaturas Aprovadas	Meta DLBC	Taxa de cumprimento
0,20	Realização	Projetos Apoiados (nº)	1	5	0,2
		Projetos/ Beneficiários apoiados (nº)	1	5	0,2

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 5 - Em que medida contribuiu o apoio à promoção de produtos de qualidade locais para os objetivos da EDL?

A medida de apoio à promoção de produtos de qualidade locais, financiada pelo FEADER, contribui essencialmente para o objetivo operacional *reforçar a competitividade das atividades produtivas atuando nas explorações, na comercialização e promoção de produtos*, podendo ainda considerar-se um potencial contributo para o objetivo *innovar nas respostas aos desafios do mundo rural fortalecendo a articulação das intervenções setoriais e a cooperação*.

No âmbito desta medida, foi lançado um aviso pela sua dotação total (18.856€) e surgiu apenas uma candidatura, que foi obtida aprovação com um fundo de 16.031,6€.

Trata-se da medida com menor dotação orçamental, pelo que o apoio a este projeto já comprometeu 85% do montante disponível. Os indicadores de realização, projetos/beneficiários apoiados apresentam taxas de cumprimento de 20%. O montante disponível para financiar novos projetos poderá condicionar o cumprimento das metas programadas para 2023.

Taxa compromisso	Indicadores		2023		
			Candidaturas Aprovadas	Meta DLBC	Taxa de cumprimento
0,85	Realização	Projetos Apoiados (nº)	1	5	0,2
		Projetos/ Beneficiários apoiados (nº)	1	5	0,2

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 6 - Em que medida contribuiu o apoio à renovação de aldeias para os objetivos da EDL?

A medida de apoio à renovação de aldeias prevê apresentar contributos para o objetivo estratégico *aumentar a atratividade do território através do fomento de atividades turísticas e da valorização de elementos patrimoniais*.

Tem uma dotação total de 356.256,74€. Até ao final de dezembro de 2018, foram lançados 2 avisos com dotações de 232.659,6€ e 274.196,68€, respetivamente. No primeiro aviso, surgiram 2 candidaturas, com valor de 173.845,37€, mas apenas uma foi aprovada com um fundo efetivamente aprovado de 82.063,06€.

O promotor do projeto aprovado é o Município de Chaves. Ao promover este projeto, pretende contribuir para a preservação, conservação e valorização do património natural, paisagístico e cultural de algumas freguesias rurais do concelho, através criação de trilhos de visita (rotas/itinerários), assentando numa utilização sustentável dos recursos naturais existentes. A intervenção apoiará a diversificação da oferta turística da região, para o reforço da identidade e atratividade das aldeias abrangidas, para a dinamização e sustentabilidade da economia local e para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Ao segundo aviso, foram apresentadas 4 candidaturas.

A taxa de compromisso financeiro situa-se nos 84% existindo uma dotação de cerca de 57.600€ para apoio de novos projetos. As metas estabelecidas para 2023 já estão cumpridas.

Taxa compromisso	Indicadores		2023		
			Candidaturas Aprovadas	Meta DLBC	Taxa de cumprimento
0,84	Realização	Projetos Apoiados (nº)	1	5	0,2
		Projetos/ Beneficiários apoiados (nº)	1	5	0,2

5.1.2. Questões de avaliação relacionadas com as operações – FEDER /FSE

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 7 - Em que medida os apoios ao empreendedorismo e à criação de emprego contribuíram para os objetivos da EDL?

A medida dos apoios ao empreendedorismo e à criação de emprego contribui sobretudo para o objetivo específico *fomentar o espírito empreendedor, vocacionado para o autoemprego e microempreendedorismo*,

*valorizando as pessoas como recurso para a coesão social. Mas pode igualmente considerar-se que esta medida pode dar contributos, ao nível do emprego criado, para o objetivo específico **reforçar a competitividade das atividades produtivas atuando nas explorações, na comercialização e promoção dos produtos.***

A presente medida engloba 3 tipologias de apoio:

- a) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho – financiada pelo FEDER com uma dotação total de 193.995€
- b) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas – igualmente financiada pelo FEDER com dotação total de 581.985€
- c) Promoção do empreendedorismo, criação do próprio emprego e de empresas por inativos ou desempregados – financiado pelo FSE com uma dotação total de 1.437.000€.

Neste âmbito, foram já lançados dois avisos, ambos com dotação FEDER e FSE associada:

- O primeiro aviso (NORTE-M8-2017-11) teve uma dotação FEDER de 387.990€ e FSE 718.500€. Foram apresentadas a este concurso 19 candidaturas: 16 com as componentes FEDER e FSE, 1 apenas com componente FEDER e 2 apenas com componente FSE.
- O segundo aviso (NORTE -M8-2018-29) apresentou uma dotação de 373.342€ FEDER e 718.500€ FSE. Surgiram 20 candidaturas, das quais 16 com componente FEDER e FSE, 3 apenas com componente FEDER e 1 que solicitavam apenas apoio FSE.

Neste âmbito, foram aprovadas 14 candidaturas com as duas componentes de fundos, 3 candidaturas em que apenas foi aprovado FEDER e 1 candidatura com apoio FSE. Até ao momento, ainda não foram efetivamente aprovados, pela Autoridade Gestão do Norte 2020, fundos FEDER e FSE para estas candidaturas, mas prevê-se o montante FEDER ronde os 585.693,67€ e o FSE os 136.983,76€.

- Neste momento, as taxas de compromisso financeiro destas medidas são baixas, em particular no FSE que rondam os 2%. Espera-se que com a efetiva aprovação dos fundos FEDER e FSE do segundo aviso, estas taxas tenham um incremento significativo, no entanto

a equipa técnica da ADRAT reporta que poderá ser complicado comprometer a totalidade da verba FSE.

- No que se refere ao grau de cumprimento das metas previstas para 2023:
 - Em relação à componente FEDER: foram apoiados 28 empregos, que representam 72% da meta, e foram criados 48 postos de trabalho, ou seja, já se atingiu 90% da meta programada.
 - Na componente FSE: O número de pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego é de 46, que representa uma taxa de cumprimento das metas de 70%. Prevê-se que, cerca de 96% destas pessoas continuem o seu apoio 12 meses após o término do projeto, valor claramente acima da meta programada para 2023 de 50%.

Taxa compromisso	Indicadores		2023		
			Candidaturas Aprovadas	Meta DLBC	Taxa de cumprimento
0,35	Realização	Empresas que beneficiam de apoio (nº)	28	39	0,72
	Resultados	Postos de trabalho criado (nº)	48	55	0,9
0,02	Realização	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego (nº)	46	65	0,7
	Resultado	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio (nº)	95,65%	50%	1,9

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 8 - Em que medida os apoios ao empreendedorismo e à criação de emprego em sectores como o comércio, a indústria, restauração e turismo contribuíram para os objetivos da EDL?

A presente questão é relevante do ponto de vista do seu contributo, para a concretização do objetivo específico *reforçar a competitividade das atividades produtivas atuando nas explorações, na comercialização e promoção dos produtos*.

Considerando de 51% dos projetos aprovados no âmbito dos Avisos do SI2E são projetos relacionados com os setores do comércio, indústria e restauração/turismo, pode afirmar-se que estas medidas contribuem de

forma mais considerável para a competitividade das explorações, para a comercialização e promoção de produtos, em relação às medidas FEADER de apoio à diversificação de atividades nas explorações agrícolas.

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 9 - Em que medida os apoios contribuíram para a inclusão ativa, nomeadamente para a promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade?

A análise das candidaturas aprovadas no DLBC da ADRAT não permite avaliar se estes apoios apresentam contributos para a inclusão ativa da população deste território, no que se refere à igualdade de oportunidades e à participação ativa. Em relação ao nível da empregabilidade, observa-se a criação de 46 postos de trabalho, dos quais se esperam manter 44 (cerca de 96%), 12 meses após o término do projeto.

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 10 - Em que medida os apoios contribuíram para promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência?

As medidas de valorização do património natural e cultural visam contribuir para o objetivo específico de *aumentar a atratividade do território através do fomento de atividades turísticas e da valorização de elementos patrimoniais.*

Até ao momento, a ADRAT ainda não lançou nenhum concurso no âmbito do património natural e cultural, pois esperam regulamentação da CCDD-N. As presentes medidas apresentam uma dotação de 43.110€, montante que permitirá o apoio a um número reduzido de projeto, pelo que o contributo para o objetivo estratégico será sempre limitado.

5.2. QUESTÕES DE AVALIAÇÃO RELATIVAS À EXECUÇÃO DAS EDL

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 1 - Em que medida a cooperação contribuiu para ampliar o impacto da EDL no território?

A ADRAT tem um projeto de cooperação, recentemente aprovado, que lhe permitirá definir as suas atuações neste âmbito. No momento da presente avaliação, ainda não se podem aferir possíveis efeitos da aplicação do projeto, embora as áreas temáticas (sistema produtivo patrimonial do Barroso, gastronomia de montanha e artesanato) sejam bastante interessantes no quadro deste DLBC.

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 2 - Em que medida o apoio aos custos de funcionamento e animação contribuiu para a implementação da EDL no território?

O processo de animação da ADRAT associado à implementação da EDL encontra-se numa fase muito inicial, sobretudo porque as tarefas de gestão consomem os meios técnicos e humanos sem deixar grande margem para estas atividades.

A animação tem sido muito limitada a ações de divulgação e comunicação, para além da interação existente no seio da parceria, que referimos na secção anterior, de alguns seminários e do ciclo de Conversas IN, que já vem sendo realizado desde 2012.

Em 2016, foram realizadas 7 sessões de divulgação, nos diferentes concelhos do DLBC ADRAT, com a participação de um total de 165 potenciais promotores de projetos e outros agentes do território. No ano seguinte (2017) realizaram-se dois seminários que registaram 86 participantes. E, por fim, em 2018 foram dinamizadas 5 sessões de esclarecimentos onde estiveram presentes, no total, 126 participantes. Realizou-se ainda, uma Conversa IN com a participação de 63 pessoas.

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 3 - Em que medida a execução da EDL contribuiu para o reforço da governança local?

A parceria da ADRAT, constituída pelos seus associados, apresenta uma grande diversidade de agentes do território, e já focámos a sua grande disponibilidade e motivação – apesar da situação de debilidade do tecido institucional e humano da região.

A EDL é, se não nos seus instrumentos específicos, pelo menos através do protagonismo que a ADRAT assume na sua gestão, um racional de governança, pois articula-se com diversos projetos e outras estratégias no território.

5.3. QUESTÃO DE AVALIAÇÃO RELATIVA AOS OBJETIVOS DA POLÍTICA DO TERRITÓRIO

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 1 - Em que medida o modelo de governação e a implementação da EDL contribuiu para a coerência e pertinência dos seus objetivos a nível local?

O modelo de governação adotado não é adequado para assegurar a coerência e pertinência dos objetivos a nível local.

O DLBC é implementado a partir de um modelo verticalizado, em que a articulação entre medidas e fundos é muito difícil.

Embora seja responsabilidade da ADRAT promover esta articulação -e também com outros agentes regionais e outras estratégias, como as que a CIM implementa -, a tarefa é obstaculizada pela falta de recursos para uma gestão mais proativa e concertada e pela pouca margem local de manobra para definir calendários, critérios e prioridades.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta secção inicia-se com a apresentação das principais conclusões desta avaliação. Referem-se aos diversos critérios de avaliação utilizados, incidindo sobre aspetos da própria estratégia, do seu processo de conceção e implementação e dos seus resultados.

Finalmente, são formuladas algumas recomendações, devidamente fundamentadas na avaliação e apresentadas de forma a facilitar a sua validação, aplicação e seguimento.

6.1. CONCLUSÕES

6.1.1. Coerência e pertinência das opções e prioridades da EDL face às tendências de evolução do contexto do território de intervenção

1. Embora o tempo decorrido entre a realização do diagnóstico de base para a EDL e esta avaliação não seja suficiente para alterar tendências de fundo, podem registar-se alguns elementos de evolução do contexto que se relacionam com a pertinência da estratégia:
 - a. Reforçou-se o potencial de reconhecimento externo da excelência dos valores naturais e dos sistemas produtivos rurais do Alto Tâmega.
 - b. A perda de capital humano e institucional, que se tem acentuado, dificulta o desenvolvimento de iniciativas de base local e dinâmicas cooperativas, por falta de massa crítica e capacitação.
 - c. Ao mesmo tempo, está em curso um processo de descentralização administrativa que pressupõe um reforço do protagonismo da CIM e a necessidade de revisão do posicionamento das diversas instituições que atuam no desenvolvimento do Alto Tâmega, entre as quais a ADRAT.
 - d. Estão agora em plena execução dos instrumentos de política pública do período 2014-2020, incluindo alguns novos instrumentos de apoio nacionais em domínios conexos com o da EDL (como o turismo).
2. A conceção inicial da estratégia assumiu um conjunto de princípios e um modelo em linha com a experiência de trabalho da ADRAT no território e junto dos seus agentes, adotando a metodologia LEADER, tal como era preconizado pelas instituições europeias e nacionais para os DLBC rurais. No entanto, o processo de programação contrariou este modelo, limitando o âmbito e impondo um

formato único e um conjunto de normas comuns a todos os DLBC portugueses, obrigando a um exercício de adaptação da EDL no Alto Tâmega.

- a. Dados os constrangimentos impostos, esta adaptação não permitiu concentrar recursos nas prioridades definidas pelo território (especialmente no que respeita à inversão da trajetória de perda sociodemográfica e à promoção do conhecimento e inovação), focando os meios financeiros em medidas que não correspondem a uma lógica de desenvolvimento rural-local, mas essencialmente à promoção do empreendedorismo e emprego ou da qualificação da atividade agrícola e explorações.
 - b. O instrumento de política perdeu o carácter de instrumento integrado, passando a funcionar como um quadro de financiamento de linhas de intervenção específicas. Acresce que os montantes financeiros foram inferiores à expectativa do GAL /ADRAT, fixando-se na ordem dos 6 milhões de euros
3. Neste quadro, a estratégia definida inicialmente pode considerar-se globalmente pertinente, embora a sua materialização em termos de linhas de intervenção do DLBC comprometa a resposta a alguns dos desafios que se colocam à região, designadamente:
 - a. O desafio da persistência e continuidade na intervenção, pois limita o papel da ADRAT face ao passado, tanto pela menor amplitude de áreas de intervenção como por exigir uma afetação de recursos desproporcionada a tarefas burocráticas de gestão.
 - b. O desafio da competitividade (inovação e empreendedorismo), porque não é fácil gerar dinâmicas de eficiência coletiva muito potentes a partir dos instrumentos relativamente conservadores e individuais que são disponibilizados.
 - c. O desafio da inversão de dinâmicas regressivas, pois o DLBC centra-se muito no apoio a pequenas iniciativas de qualificação, diversificação e atividade económica, não tendo muita capacidade para responder a dimensões de natureza sociocultural ou de qualidade de vida, que também são essenciais na inversão do processo de perda.
4. Não se estão a garantir significativos efeitos de sinergia entre as diversas linhas de intervenção no quadro desta EDL. A segmentação imposta e os montantes financeiros disponíveis, com medidas financiadas por fundos distintos (FEADER, FEDER e FSE) em dois programas operacionais (PDR 2020 e Norte 2020), implicam uma dificuldade acrescida na geração de efeitos de integração e sinergia entre medidas do DLBC, especialmente aos níveis da valorização territorial e da identidade local, da diversificação de atividades no mundo rural e da organização das cadeias de valor presentes no

território. Esta avaliação identifica, no entanto, alguns mecanismos de decisão e gestão que poderiam, com alguns ajustamentos, ser utilizados para promover esta articulação interna.

5. Do ponto de vista da coerência externa, avalia-se positivamente a articulação da EDL com a EIDT da NUTS III Alto Tâmega, da RIS 3 Norte, do PROVERE Aqunatur e do PDR 2020, presentes nas próprias prioridades ou traduzida em critérios de avaliação de candidaturas ao DLBC. Há, ainda, diversas iniciativas no território, lideradas ou com participação ADRAT (sobretudo ao nível da coesão social, da cooperação interinstitucional, da inovação e da valorização de produtos endógenos), que complementam a EDL. De sinal contrário é a aplicação do SI2E, que tem duas linhas de financiamento na região (distinguidas apenas pela dimensão do investimento), pois na linha gerida pela CIM não existem critérios que valorizem o alinhamento com a EDL.

6.1.2. Disposições de gestão/monitorização e controlo físico e financeiro da EDL

6. A parceria proposta para este DLBC assenta na própria ADRAT – os seus associados e a sua direção, que assume a função de órgão de gestão, o que parece ajustado face à necessidade de dar continuidade ao trabalho do passado e à capacidade mobilizadora desta rede, bem como da sua experiência na metodologia LEADER.
7. Alguns problemas de natureza operacional, no entanto, emergem do novo quadro de atuação da ADRAT enquanto órgão de gestão, e não parceiro-promotor de projetos:
 - a. A inclusão no DLBC de financiamentos à atividade agrícola (pequenos investimentos às explorações e à transformação) ou do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E) implicou algumas dificuldades de capacitação inicial da equipa, que tinha prática na animação da rede e na geração de projetos, mas não da sua avaliação, especialmente em domínios em que há competências técnicas específicas. Além desse facto, o período inicial foi de grande instabilidade, devido à pressão da procura destas medidas e à dificuldade de estabilizar, com os dois programas operacionais financiadores, os princípios e metodologias de avaliação e processamento de candidaturas.
 - b. Esta pressão desviou recursos das tarefas de animação e estímulo da procura, o que é visível, por exemplo, pela incipiência do projeto de animação e pela ausência de projetos de cooperação (apenas em 2019 estas duas áreas de ação entrarão em plena execução). Até aqui, a animação resumiu-se, praticamente, à divulgação da EDL e das suas linhas de

financiamento, com a realização de sessões pelo território e informação no site Internet da ADRAT.

- c. A participação da ADRAT como elemento da gestão, com responsabilidade de apreciação de projetos, coloca também questões em termos do que podemos chamar “conflito de interesses”. Este conflito não existe do ponto de vista formal (no caso de haver projetos apresentados por associados da ADRAT, os mesmos não são avaliados localmente, mas sim diretamente pelas ET dos programas operacionais), mas pode condicionar a atividade da ADRAT na colaboração com agentes regionais, ajudando a construir ou melhorar alguns projetos que depois avaliará em contexto de concorrência com outros.
- d. Não há uma boa integração deste Órgão de Gestão (incluindo da ETL) no processo de decisão global que emana do Portugal 2020 e dos dois programas operacionais, contrariando a lógica *bottom up* associada aos DLBC. Há uma prevalência dos mecanismos burocrático-administrativos e de regulamentação sobre os mecanismos de flexibilidade necessários a ajustamentos eficientes.
- e. O acesso aos Sistemas de Informação dos PO e dos Fundos não é fluido nem integral, o que dificultou, por exemplo, a recolha de informação para esta avaliação. Apenas o recurso a informação disponível na própria ETL, e modalidades paralelas ou por recolha específica, permitiu gerar alguns dos indicadores para a avaliação – o que revela igualmente alguns problemas de monitorização *on going*.
- f. O sistema de indicadores de realização e resultado do DLBC foca-se nos objetivos específicos e nas metas de cada uma das medidas, correspondendo a um desejável esforço de simplificação e de responsabilização da ADRAT, mas carece de alguns aperfeiçoamentos metodológicos (definição mais rigorosa, método de recolha e validação da informação). Deve ter-se presente que também não é adequado à monitorização de dinâmicas LEADER, de desenvolvimento do território nem a uma avaliação de resultados-impactos, questões que são colocadas, normalmente, aos avaliadores.
- g. O tempo de decisão é demasiado longo, registando-se, em algumas linhas e em algumas fases do processo, desvios significativos face ao previsto. No caso das medidas FEADER, regista-se uma média de 290 dias após o encerramento do aviso para chegar à primeira decisão de aprovação ou não aprovação (pela ADRAT) e 376 dias para a decisão final (pela AG do PDR 2020). Para os projetos do SIZÉ já decididos esse prazo médio é de 264 dias.

- h. À exceção da questão dos prazos de decisão, da complexidade burocrática para candidatura e das datas de lançamento dos avisos, o desempenho da gestão é muito positivamente avaliado pelos promotores, de acordo com os resultados do inquérito realizado nesta avaliação.
- 8. Há um setor representativo de membros da parceria que têm uma visão crítica acerca da participação da ADRAT neste modelo, considerando que esta associação não deve estar no papel de “gestor”, mas sim no de parceiro, dinamizador e plataforma colaborativa do processo de desenvolvimento.

6.1.3. Resultados da implementação da EDL, e contributos (e sua eficácia e eficiência) para alcançar os objetivos estabelecidos

- 9. A execução do DLBC (na ótica financeira) é muito baixa, embora os níveis de comprometimento financeiro (aprovações de operações) sejam satisfatórios, isto é, em linha com o cumprimento das metas fixadas. Uma leitura orientada pelo contributo de cada medida para os objetivos estratégicos definidos permite concluir que a trajetória do DLBC é favorável ao seu cumprimento. Excluem-se desta conclusão os seguintes casos:
 - a. Medidas FEDER do Património Natural e Cultural, que ainda não tiveram qualquer aviso para apresentação de candidaturas. Os montantes financeiros alocados a cada uma, no entanto, não são suscetíveis de gerar resultados muito impactantes em termos de atratividade turística, embora possam, se devidamente articulados com outras iniciativas (renovação de aldeias ou até projetos empresariais) contribuir para qualificar áreas específicas.
 - b. Medida FEADER de promoção da qualidade dos produtos locais, em que o único projeto aprovado, que representa apenas 20% da meta de realização
- 10. Esta visão relativamente positiva não deve, no entanto, ocultar duas questões relevantes em matéria de cumprimento dos objetivos:
 - a. A dimensão global do DLBC, bem como os recursos afetos a algumas medidas, não é muito significativa face às necessidades da região do Alto Tâmega – se excetuarmos as medidas FSE/SI2E, em que a dotação parece claramente acima da capacidade de absorção (esta linha de financiamento concorre com outras existentes de apoio à empregabilidade e ao empreendedorismo de necessidade - isto é, dirigido a pessoas em situação de inatividade e desemprego), nas restantes medidas um trabalho bem focado de estímulo à procura, associado a algumas medidas de ajustamento dos requisitos à realidade local, permitirão

mobilizar uma procura superior à disponibilidade financeira. Confirmando esta ideia, refira-se que em praticamente todos os avisos de candidatura há uma procura bem visível, com bastantes candidaturas não aprovadas, embora por razões distintas.

- b. As próprias metas, em algumas medidas, parecem estar mal estimadas, e são pouco mais do que aleatórias, pois não se baseiam numa deteção de necessidades ou de potencial, mas sim na consideração de valores médios-máximos por projetos ou custos unitários de componentes de projeto. Estes valores, por serem parametrizados a nível nacional e aplicados a todos os DLBC rurais, têm variações regionais significativas.

6.1.4. Mecanismos de execução da EDL, com foco na animação

11. A parceria responsável pelo DLBC tem revelado bons índices de motivação e participação, apesar da situação de fragilidade institucional em que a região se encontra. Esta dinâmica coletiva é, de certa forma, confirmada pela procura de apoios no próprio DLBC, onde há projetos apoiados de autarquias, associações e empresas. Além disso, há um quadro adicional de projetos de âmbito regional ou local em que muitos dos membros da parceria estão envolvidos, o que permite prolongar as atividades colaborativas e melhorar os níveis de coerência externa
12. Os agentes regionais sugerem que a ADRAT dê prioridade a dois aspetos relacionados com a sustentabilidade da estratégia para o futuro:
 - a. Apoiar as instituições do Alto Tâmega na aquisição de capacitação para resistir ao processo de perda.
 - b. Apoiar os agentes associativos e empresariais na preparação de projetos de qualidade, indutores de efeitos significativos.
13. O processo de animação associado à implementação da EDL está numa fase muito inicial, sobretudo porque as tarefas de gestão consomem os meios técnicos e humanos da ADRAT sem deixar margem para estas atividades. Na prática, a animação tem-se limitado a ações de divulgação e comunicação, para além da interação existente no seio da própria parceria, de alguns seminários e do ciclo de Conversas IN.
14. O plano de animação, financiado pelo Norte 2020, inclui o prolongamento deste ciclo de seminários, bem como um programa de capacitação das instituições, respondendo à necessidade de revitalizar o quadro de parceiros que, a nível regional e local, devem desmultiplicar a atividade da ADRAT e ajudar a atingir os objetivos da EDL.

6.1.5. Implementação da abordagem LEADER e o seu valor acrescentado

15. O modelo DLBC não foi capaz de transportar, e mesmo de aperfeiçoar, a abordagem LEADER. O processo de programação e a arquitetura deste instrumento levaram a aplicação desta metodologia a uma certa situação de crise, a que a ADRAT ainda não conseguiu responder. Diversos princípios da metodologia não foram respeitados e apenas parcialmente estão a ser cumpridos, havendo um claro contraste entre a perspetiva inicial da estratégia e o modelo que resultou em aplicação, marcado por:
- a. A padronização realizada a nível nacional, em verdadeira lógica *top-down*, sem atender às especificidades territoriais nem à necessária flexibilidade na modulação espacial à escala local.
 - b. A segmentação de medidas, contrariando a multissetorialidade e dificultando a integração e as sinergias entre projetos.
 - c. A concentração de recursos em projetos de desenvolvimento agrícola, abandonando uma lógica mais clara de desenvolvimento rural-local;
16. A dimensão desproporcionada das exigências associadas à gestão de instrumentos financeiros, sem efetivo controlo do processo e gerando algumas incompatibilidades com uma presença mais ativa do lado dos agentes -promotores, dificulta uma resposta mais proativa que contrarie esta pressão e recupere um modelo de intervenção mais colaborativo, inovador, integrado e multissetorial por parte da ADRAT.

6.2. RECOMENDAÇÕES

Para facilitar a sua validação e *follow up*, estas recomendações são apresentadas de forma organizada numa tabela que indica a fundamentação, os responsáveis pela sua aplicação e o horizonte temporal de aplicação, designadamente se são de aplicação imediata, ainda para o atual DLBC, ou para incorporar na preparação do próximo período de programação

Recomendação	Conclusões em que se baseia	Momento de aplicação	Destinatário
Reforçar o relacionamento e capacitar as entidades parceiras, através de um programa de animação.	1, 4, 6, 8, 11, 12, 13, 14	Imediato	ADRAT
Dinamizar a parceria e o órgão de gestão, delegando nalguns parceiros a execução de atividades de animação, com coordenação da ADRAT.	6, 7, 8, 11, 13, 14	Imediato	Parceria do DLBC.
Reforçar tecnicamente a ETL e criar unidades funcionalmente isoladas: gestão e animação.	7, 8	Imediato	ADRAT
Rever e melhorar as condições de acesso da ETL aos sistemas de informação e aos processos de decisão dos PO financiadores.	7, 16	Imediato	ADRAT e AG do Norte 2020 e PDR 2020.
Criar um sistema de monitorização da implementação de instrumentos de apoio ao desenvolvimento local no Alto Tâmega, incluindo o DLBC e outros programas e estratégias.	1, 2, 3, 4, 5, 9	Lançar imediatamente, implementar em 2020	ADRAT, CIM e outros parceiros.
Melhorar o sistema de indicadores de acompanhamento do DLBC, com definição dos aspetos metodológicos.	7	Imediato	ADRAT /Federação Minha Terra
Preparação dos termos de referência da avaliação final do DLBC, de forma a garantir a recolha e organização atempada da informação necessária.	1, 7, 9	2020	ADC /AG PDR 2020 /AG Norte 2020 /ADRAT /Federação Minha Terra
Proceder a uma operação intensiva de estímulo à execução dos projetos, tendo em conta o baixo grau de realização física e financeira do DLBC.	9	Imediato	ADRAT
Preparar e lançar avisos de candidaturas para projetos de património cultural e natural.	9		

Recomendação	Conclusões em que se baseia	Momento de aplicação	Destinatário
<p>Realizar alguns ajustamentos às condições de aplicação de medidas, no sentido de garantir melhor coerência interna e externa da EDL e adaptá-la às condições reais do território.</p> <ul style="list-style-type: none"> Alargar a aplicação do SI2E a projetos no interior das explorações agrícolas, contribuindo para a diversificação. Analisar, com a AG do Norte 2020 e a CIM AT, a possibilidade de articular melhor os projetos SI2E de todas as dimensões com a EDL, designadamente através da alteração de critérios de avaliação e trabalho conjunto nessa avaliação. Em função dos problemas já identificados no contexto empresarial e agrícola do Alto Tâmega, definir regras específicas que facilitem o acesso a financiamento nas medidas do FEADER (diversificação, produtos de qualidade locais e cadeias curtas). 	2, 4, 5, 9, 10	Imediato	ADRAT /AG Norte 2020 /AG PDR 2020
<p>Proceder a uma reprogramação do DLBC, atendendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> À diminuição da dotação FSE do SI2E, eventualmente transferindo-o para projetos de animação e capacitação da parceria. Ao reforço da medida de promoção de produtos locais de qualidade, no sentido de permitir o cumprimento dos objetivos. Ao reforço das verbas para gestão no PDR 2020, para reforço da capacidade técnica de gestão. <p>Esta reprogramação deve ser acompanhada de uma revisão global das metas fixadas, adaptando-as à realidade dos agentes e das explorações agropecuárias da região.</p>	7, 9, 10	Imediato	ADRAT /AG Norte 2020 /AG PDR 2020

Recomendação	Conclusões em que se baseia	Momento de aplicação	Destinatário
<p>Preparar a segunda geração de DLBC (no horizonte 2030), com aplicação mais clara da metodologia LEADER, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> Alargar a gama de OT/PI disponíveis para a programação e alargar a margem de liberdade na escolha das prioridades, tipologias de instrumento e distribuição financeira. Flexibilizar a lógica territorial, permitindo intervir num território mais coerente com a estratégia (por exemplo, para medidas relacionadas com a comercialização e mercados, admitir investimentos em territórios exteriores aos limites da área de intervenção). Regulamentar menos a nível nacional e permitir um maior controlo e autonomia local dos critérios, do calendário de avisos e outras questões operativas. Incorporar na programação uma lógica de estratégia de eficiência coletiva, permitindo apoiar projetos integrados. Adotar um sistema de monitorização que se baseie em indicadores que respeitem os princípios SMART (<i>Specific, Measurable, Achievable, Relevant, Time Based</i>), mesmo que o conjunto de metas contratualizadas para a gestão seja simplificado. 	2, 3, 4, 15, 16	2020-2023	ADRAT /Federação Minha Terra /Instituições responsáveis pela programação 2030.
Adotar um modelo mais simples e eficiente de programação, com o DLBC a depender apenas de um programa operacional multifundos (FEADER/FEDER/FSE), de forma a evitar a multiplicação de modelos de gestão e relacionamento.	7, 16	2023	ADRAT /Federação Minha Terra /Instituições responsáveis pela programação 2030.
Realizar, com a CIM, uma reflexão sobre o posicionamento institucional na região, áreas complementares de intervenção, definição de estratégia e sua monitorização e articulação de capacidade para ganhos de eficiência na implementação de políticas e instrumentos.	1, 5	2020-2023	ADRAT /CIM /outros

7. ANEXOS

7.1. ANEXO I: FONTES DE INFORMAÇÃO UTILIZADAS

Entrevistas, reuniões de trabalho e painéis de discussão:

- Entrevistas, reuniões e contactos em regime contínuo com equipa dirigente e técnica da ADRAT.
- Entrevista com o Primeiro Secretário do Secretariado Executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega.

Guião de entrevista:

1. Comentário à estratégia DLBC e à sua articulação-complementaridade com outras estratégias na região do Alto Tâmega. Gostaríamos, especialmente, de ter a sua opinião sobre a complementaridade (ou não) do DLBC com a EIDT/Pacto e no domínio do empreendedorismo/emprego (a questão da gestão de linhas do SI2E pela CIM e pela ADRAT).
 2. Comentário ao modelo de governação e à articulação-complementaridade entre GAL/ADRAT e CIM. Há ação concertada, programada? Como está a ler a atividade de animação do território?
 3. Qualquer outro comentário que entenda pertinente.
- 2 Painéis de discussão com agentes locais-regionais, com os seguintes temas: (1) a EDL e o seu contexto (40 participantes); (2) a abordagem LEADER no território (23 participantes). (Alguns agentes estiveram presentes nos dois painéis, pelo que o total geral é de cerca de 50 participantes).

Guião da discussão nos painéis:

1. A ESTRATÉGIA E O CONTEXTO

Q1. A estratégia DLBC para o Alto Tâmega está, em geral, ajustada, ou há algum aspeto a merecer revisão?

- Houve, nos últimos 3 anos, alterações no contexto regional-local que tenham implicações relevantes? De que tipo?

- A estratégia (prioridades e instrumentos) deixam de fora alguma questão-desafio especialmente importante?
- Há sinais (queixas, sugestões, ...) vindos “do terreno” que devam ser tidos em conta?

Q2. Os instrumentos de financiamento existentes ajustam-se às necessidades reais da região?

- As medidas FEADER para explorações agrícolas e para ações mais “coletivas” (cadeias curtas, mercados, produtos de qualidade) estão a ser aplicadas de forma integrada, para que se reforcem mutuamente?
- E as medidas FEDER-FSE?
- Qual a importância das medidas de valorização territorial (património natural e cultural, renovação de aldeias...)?
- Nos casos em que a própria DLBC não dá resposta, reconhecem outros instrumentos financeiros que possam ser complementares (SISE/CIM, PDR2020, etc.)?

2. A ABORDAGEM LEADER

Q1. As instituições regionais estão a colaborar de forma eficaz para responder aos desafios da região do Alto Tâmega?

- Como vêm a articulação das diversas estratégias territoriais em curso na região (EIDT/CIM, PROVERE, DLBC/PDR2020, AT Empreende 2.0, ...)?
- Como avaliam o papel da ADRAT na dinamização e gestão da DLBC, em particular no estímulo à cooperação entre agentes?

Q2. A estratégia DLBC está a gerar dinâmicas colaborativas sustentáveis na região?

- Como avaliam as dinâmicas estabelecidas em torno do DLBC? Açam que, enquanto agentes regionais-locais, poderiam ser mais envolvidos, e em que aspetos (definição de prioridades, preparação de avisos, etc.)?

- Como se autoavaliam no seu próprio papel de intermediadores e dinamizadores junto dos responsáveis pelas explorações, dos empreendedores e outros destinatários dos apoios, nos respetivos setores/áreas de intervenção?

Análise documental:

Avisos de Candidaturas:

PDR2020

- Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas:

- 001/ADRAT/10.2.1.1/2016

- 002/ADRAT/10.2.1.1/2017

- Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas

- 001/ADRAT/10.2.1.2/2016

- 002/ADRAT/10.2.1.2/2018

- Diversificação de Atividades nas Explorações Agrícolas

- 001/ADRAT/10.2.1.3/2016

- 002/ADRAT/10.2.1.3/2018

- Cadeias Curtas e Mercados Locais:

- 001/ADRAT/10.2.1.4/2017

- 002/ADRAT/10.2.1.4/2018

- Promoção de Produtos de Qualidade:

- 001/ADRAT/10.2.1.5/2018

- Renovação de Aldeias:

- 001/ADRAT/10.2.1.6/2017

- 002/ADRAT/10.2.1.6/2018

SIZE:

- Sistema de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego:

- NORTE-M8-2017-11

- NORTE -M8-2018-29

Programa Operacional Regional Norte 2020.

Programa de Desenvolvimento Rural 2020.

Regulamentos, orientações técnicas e de gestão.

Amostra de formulários de candidatura (comprovativos de submissão de candidatura) e de memórias descritivas de projetos aprovados.

Plano de Atividades e Orçamento, 2019 – Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega- ADRAT
Estratégia de desenvolvimento Rural 2020 no Alto Tâmega (1.ª versão, março 2015; 2.ª versão - final, novembro 2015).

Contrato para a Gestão da Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) do Grupo de Ação Local ADRAT.

Estratégia de Desenvolvimento Integrado do Alto Tâmega (CIM Alto Tâmega).

Alto Tâmega Empreende - <https://altotamegaempreende.pt/>

Atas das reuniões da direção da ADRAT/órgão de gestão do GAL

Abordagem Leader: um guia básico (Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2006).

Comité Económico e Social Europeu: O Desenvolvimento local de base comunitária enquanto instrumento da política de coesão 2014-2020 para o desenvolvimento local, rural, urbano e periurbano (2015/C 230/01) (dezembro de 2014).

Comité Económico e Social Europeu: Vantagens da abordagem de desenvolvimento local de base comunitária para o desenvolvimento local e rural integrado (NAT/724) (dezembro de 2017).

Referenciais metodológicos

Avaliação/autoavaliação das Estratégias de Desenvolvimento Local: elementos comuns (Rede Rural Nacional, fevereiro de 2019).

Avaliação Intercalar das Estratégias de Desenvolvimento Local: Estrutura e conteúdos do relatório a apresentar (Rede Rural Nacional - Grupo de Trabalho LEADER, março de 2019).

Avaliação das EDL dos DLBC Rurais e Urbanos (Agência para o Desenvolvimento e Coesão /Portugal 2020, 2018).

Orientações para a Avaliação das Estratégias de Desenvolvimento Local – LEADER/DLBC (Rede Rural Nacional/Federação Minha Terra, agosto 2018).

Orientações: avaliação da LEADER/DLBC (Comissão Europeia /Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural — Unidade C.4, agosto de 2017).

Inquérito eletrónico a promotores

Foi realizado um inquérito a promotores, com candidaturas aprovadas e não aprovadas, até ao dia 31 de dezembro de 2018. O inquérito foi enviado aos promotores de projetos FEADER e FEDER/FSE, por correio eletrónico, no dia 27 de fevereiro de 2019. A 22 março foi realizado um reforço devido à reduzida taxa de resposta obtida até essa data. O inquérito esteve disponível para resposta até ao dia 1 de abril.

O inquérito foi enviado à totalidade dos promotores com projetos candidatados até 31 de dezembro de 2018, tendo sido enviados 237 inquéritos, dos quais 5 foram devolvidos e 51 respondidos. Para um intervalo de confiança de 95%, a margem de erro verificada é de 12.4%. Os resultados do inquérito são apresentados no **anexo V**.

Guião do inquérito

Introdução (texto a aparecer no e-mail).

Exmo/a Senhor/a

Está em curso, desde 2016, a implementação de uma Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), coordenada pela ADRAT, que pretende contribuir para aprofundar o processo de afirmação do Alto Tâmega como uma região viável, sustentada e com identidade própria, a partir da valorização dos seus recursos endógenos, e em estreita articulação com outras estratégias territoriais em curso na região. A DLBC aponta para os seguintes objetivos:

- Acrescentar valor aos recursos locais e dinamizar as atividades do mundo rural.
- Promover a criação de emprego e empresas sustentáveis.

A ADRAT está a realizar uma avaliação intercalar desta Estratégia, que se destina a aferir os resultados já alcançados e a introduzir alterações tendentes a facilitar o acesso dos agentes, públicos e privados, aos instrumentos de financiamento disponibilizados, garantindo um maior grau de cumprimento dos objetivos.

Para essa avaliação, gostaríamos que respondesse a este curto inquérito, realizado pela Quaternaire Portugal, empresa contratada para realizar a avaliação. Esta empresa garante absoluta confidencialidade na informação recolhida, que se destina apenas a tratamento estatístico.

O inquérito pode ser acedido no seguinte link: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Página do Inquérito

A ADRAT está a realizar uma avaliação intercalar da Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), que se destina a aferir os resultados já alcançados e a introduzir alterações tendentes a facilitar o acesso dos agentes, privados e públicos, aos instrumentos de financiamento disponibilizados, garantindo um maior grau de cumprimento dos objetivos.

Para essa avaliação, e tendo em conta que apresentou uma (ou várias) candidatura(s) à DLBC/ADRAT, gostaríamos que respondesse a este curto inquérito, cuja aplicação está a cargo da Quaternaire Portugal, contratada para realizar a avaliação. Esta empresa garante absoluta confidencialidade e anonimato na informação recolhida, que se destina apenas a tratamento estatístico.

1. Tem conhecimento da existência de uma Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) do Alto Tâmega liderada pela ADRAT? [apenas uma resposta]

- ☐ Sim, conheço a estratégia, os objetivos que pretende alcançar e a natureza dos apoios que disponibiliza.
- ☐ Sim, embora de forma superficial.
- ☐ Não conheço. – Passa para 5

2. Acha que a Estratégia é clara, no sentido em que os seus instrumentos de apoio se distinguem de outros existentes (no PDR2020, nos Programas do Portugal 2020, no programa de apoio a estágios profissionais, noutros instrumentos nacionais ou europeus, etc.)

- ☐ Sim
- ☐ Não

3. Como avalia a atividade da ADRAT no quadro desta Estratégia? [de 1–pouco a 4-muito, refira se concorda com as seguintes afirmações]:

	1–pouco	2	3	4-muito
A ADRAT é muito ativa na divulgação das oportunidades de financiamento.				
Para além do financiamento DLBC, a ADRAT dá informação relevante acerca de outros apoios disponíveis.				
A ADRAT dá um bom apoio à apresentação de candidaturas.				
A ADRAT favorece o contacto entre pessoas e organizações (públicas, associativas e privadas).				

4. Esta Estratégia, e os seus objetivos e instrumentos, influenciaram de alguma forma o projeto que candidatou?

- ☐ Não, o projeto existiria mesmo que não existisse a Estratégia. – Passa para 5
- ☐ Sim, o projeto foi concebido tendo em conta a existência da Estratégia e dos seus instrumentos de financiamento. – Passa para 5
- ☐ O projeto existiria independentemente da Estratégia, mas foi influenciado por ela (por exemplo, alterações aos seus objetivos específicos, ao tipo de componentes ou aos montantes do investimento a realizar). Abre a 4.1.1

4.1.1. Neste caso, considera que o projeto melhorou com as alterações introduzidas?

- ☐ Sim
- ☐ Não

5. Independentemente de conhecer ou não a Estratégia e do sentido da decisão acerca da sua candidatura (aprovada ou não), para si ficaram claros os motivos dessa decisão?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.

6. Fazendo uma autoavaliação do seu projeto (no caso de ter sido aprovado, ou estar em análise), e numa escala de 1 (pouco) a 4 (muito), qual acha que é o contributo do seu projeto para:

	1-pouco	2	3	4-muito
Aumentar a atratividade do território do Alto Tâmega através do fomento de atividades turísticas e da valorização de elementos patrimoniais.				
Reforçar a competitividade das atividades produtivas, atuando nas explorações, na comercialização ou promoção dos produtos.				
Fomentar o espírito empreendedor, vocacionado para o autoemprego e micro-empreendedorismo, valorizando as pessoas como um recurso para a coesão no mundo rural.				
Inovar nas respostas aos desafios do mundo rural fortalecendo a articulação das intervenções setoriais e a cooperação.				

7. Foi a primeira vez que apresentou uma candidatura a programas de financiamento?

☐ Sim. – passa para 8

☐ Não. – passa para 7.1.1

7.1.1. Neste caso, a que programas já se tinha candidatado? _____

7.1.2. Se tem alguma candidatura em curso aprovada noutro(s) programa(s), refira qual ou quais programa(s) _____

8. Para a preparação e apresentação da sua candidatura recorreu a um apoio de consultores?

☐ Sim.

☐ Não.

9. No caso de a sua candidatura ter sido aprovada, recorreu ao apoio de consultores para o acompanhamento (designadamente preparação e apresentação de pedidos de pagamento)?

☐ Sim, os mesmos consultores que apoiaram a preparação da candidatura.

☐ Sim, outros consultores.

☐ Não.

10. Para além de eventuais consultores, recorreu ao apoio de qualquer entidade para preparar a candidatura?

☐ Sim. - Abre a 10.1.1 e 10.1.2

☐ Não. . – passa para 11

10.1.1. Se sim, qual/quais? _____

10.1.2. Com que finalidade?

☐ Informação geral.

☐ Orientação sobre linhas de financiamento disponíveis.

☐ Esclarecimento sobre aspetos de elegibilidade de despesas.

☐ Outra.

Outra. Qual? _____

11. Numa escala de 1 (negativo) a 4 (muito positivo), como classificaria os seguintes aspetos do processo de candidatura?

	1 negativo	2	3	4 muito positivo	Não aplicável
Acesso a informação (regulamentos, orientações técnicas, etc.) para a preparação da candidatura.					
Apoio de informação ou esclarecimento por parte da ADRAT na fase de preparação da candidatura.					
Complexidade e fiabilidade da plataforma informática de candidatura.					

Complexidade dos procedimentos burocráticos exigidos (documentos obrigatórios a apresentar, etc.).					
Data de lançamento do Aviso.					
Tempo disponível para preparação da candidatura, desde a saída do Aviso até à data limite.					
Justificação e clareza dos pedidos de esclarecimento da ADRAT após a candidatura e até à decisão.					
Tempo de decisão acerca da aprovação /não aprovação da candidatura.					
Prazo para assinatura do contrato de financiamento após a decisão de aprovação.					
Exigências burocráticas associadas aos pedidos de pagamento.					

12. No caso de a sua candidatura ter sido aprovada, ou estar em vias de o ser, considera que o projeto:

	Sim	Não	Não aplicável
Favorece a cooperação com outros agentes económicos do mesmo setor/área?			
Fortalece a sua ligação com organizações do setor em que se insere?			
Se articula com alguns projetos, públicos ou privados, em curso ou existentes na região do Alto Tâmega? – Abre 14.1.1			

12.1.1. Qual ou quais?

7.2. ANEXO II: ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS

(Fonte: PORDATA)

	2011			2017		
	Alto Tâmega (NUTS III)	Norte (NUTS II)	Portugal	Alto Tâmega (NUTS III)	Norte (NUTS II)	Portugal
População residente	94.003	3.690.405	10.557.560	87.549	3.580.390	10.300.300
Superfície em km2	2.921,9	21.285,9	92.212,0	2.921,9	21.285,9	92.225,6
Densidade populacional número médio de indivíduos por km2	32,2	173,4	114,5	30,0	168,2	111,7
Freguesias	158	2.028	4.260	118	1.426	3.092
Eleitores	117.745	3.413.523	9.721.406	112.262	3.383.935	9.707.286
Jovens (%) menos de 15 anos	11,3	15,1	15,0	9,8	13,2	13,9
População em idade ativa (%) 15 aos 64 anos	61,4	68,1	66,1	60,5	67,0	64,8
Idosos (%) 65 e mais anos	27,3	16,8	18,9	29,7	19,8	21,3
Índice de envelhecimento idosos por cada 100 jovens	240,9	111,8	125,8	303,0	149,8	153,2
Indivíduos em idade ativa por idoso	2,2	4,0	3,5	2,0	3,4	3,0

	2011			2017		
	Alto Tâmega (NUTS III)	Norte (NUTS II)	Portugal	Alto Tâmega (NUTS III)	Norte (NUTS II)	Portugal
População estrangeira em % da população residente (1)	1,1	1,3	4,1	1,1	1,4	4,0
Nascimentos (2)	525	31.525	96.856	501	27.534	86.154
Óbitos	1.262	31.578	102.848	1.310	34.283	109.758
Taxa de mortalidade infantil (‰) óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade por cada 1000 nascimentos	3,8	3,1	3,1	4,0	2,0	1,9
Saldo natural diferença entre o total de nascimentos e o total de óbitos	- 737	- 53	- 5.992	- 809	- 6.749	- 23.604
Estabelecimentos do ensino pré-escolar	79	2.462	6.812	53	2.024	5.900
Estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico	43	1.866	5.221	31	1.411	4.209
Estabelecimentos do 2.º ciclo do ensino básico	12	374	1.170	13	394	1.198
Estabelecimentos do 3.º ciclo do ensino básico	16	516	1.516	13	502	1.478
Estabelecimentos do ensino secundário	12	329	937	10	352	965

	2011			2017		
	Alto Tâmega (NUTS III)	Norte (NUTS II)	Portugal	Alto Tâmega (NUTS III)	Norte (NUTS II)	Portugal
Estabelecimentos do ensino superior	2	101	300	1	98	286
Museus	⊥ 5	⊥ 103	⊥ 377	5	120	430
Sessões de espetáculos ao vivo	⊥ 149	⊥ 6.503	⊥ 25.871	210	8.437	33.404
Espectadores de espetáculos ao vivo	⊥ 49.780	⊥ 2.720.304	⊥ 8.484.295	124.325	6.805.653	15.407.231
Ecrãs de cinema	⊥ 1	⊥ 152	⊥ 558	1	168	571
Despesas da Câmara Municipal em cultura e desporto (%)	7,4	10,0	9,6	9,1	11,3	10,3
Hospitais	⊥ 1	⊥ 72	⊥ 226	1	72	225
Farmácias (3)	32	911	3.074	32	927	3.118
Crimes registados pelas polícias por mil habitantes	37,1	33,1	39,3	33,2	28,7	33,2
Sociedades constituídas	⊥ 185	⊥ 11.399	⊥ 31.986	181	11.763	36.904
Sociedades dissolvidas	⊥ 168	⊥ 9.646	⊥ 32.473	75	4.866	14.421
Empresas não financeiras (4)	8.226	361.159	1.113.559	12.338	418.082	1.242.693
Empresas de alojamento e restauração	1.031	27.099	85.802	925	29.625	104.826
Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras (4)	16.975	1.193.618	3.631.747	21.944	1.313.395	3.892.218
Bancos e caixas económicas	50	1.846	5.834	39	1.293	4.144

	2011			2017		
	Alto Tâmega (NUTS III)	Norte (NUTS II)	Portugal	Alto Tâmega (NUTS III)	Norte (NUTS II)	Portugal
Desempregados inscritos nos centros de emprego	5.353	237.488	551.944	4.221	183.091	434.462
Desempregados inscritos nos centros de emprego em % da população residente com 15 a 64 anos com 15 e mais anos	9,3	9,4	7,9	8,0	7,6	6,5
Pensões da Segurança Social velhice, invalidez e sobrevivência	32.078	951.831	2.943.645	30.199	988.182	2.987.136
Reformados, aposentados e pensionistas da Caixa Geral de Aposentações	5.505	139.753	591.777	5.886	153.250	645.713
Pensões da Segurança Social e da CGA em % da população residente com 15 e mais anos	45,2	34,8	39,4	45,9	36,7	41,0
Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)	3.877	190.727	448.107	2.840	113.553	288.112
Beneficiários do RSI em % da população residente com 15 e mais anos	4,7	6,1	5,0	3,6	3,7	3,2
Beneficiários do subsídio de desemprego	1.307	104.784	261.093	789	53.995	150.806

	2011			2017		
	Alto Tâmega (NUTS III)	Norte (NUTS II)	Portugal	Alto Tâmega (NUTS III)	Norte (NUTS II)	Portugal
Beneficiários do subsídio de desemprego em % da população residente com 15 e mais anos	1,6	3,3	2,9	1,0	1,7	1,7
Trabalhadores da Administração Pública Local	1.561	40.350	131.522	1.384	37.023	120.230
Consumo de energia elétrica por habitante (kWh)	2.773,6	4.124,9	4.655,7	Pro 2.889,7	Pro 4.128,3	Pro 4.632,5
Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante (kg)	44,0	55,5	71,4	45,6	66,0	90,4
Estabelecimentos hoteleiros	23	453	2.019	63	1.313	5.840
Capacidade dos estabelecimentos hoteleiros	1.653	40.156	289.107	2.308	62.855	402.832

⊥ Quebra de Série

Pro Valor Provisório

- (1) - Os valores apresentados referem-se à população estrangeira com estatuto legal de residente.
- (2) - Os valores apresentados referem-se ao município de residência da mãe (e não de nascimento da criança).
- (3) - Inclui postos farmacêuticos móveis.

- (4) - Os valores apresentados consideram as empresas, os empresários em nome individual e os trabalhadores independentes. Exclui as atividades financeiras e de seguros, a Administração Pública e Defesa e a Segurança Social Obrigatória.

Fonte: PORDATA (<https://www.pordata.pt/Home>)



© Fundação Francisco Manuel dos Santos

7.3. ANEXO III: COMPARAÇÃO ENTRE A 1.ª E A 2.ª FASE DA EDL ADRAT

	1ª Fase	2ª Fase
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> Afirmar o Alto Tâmega como uma região viável, sustentada e com identidade própria, a partir da valorização dos seus recursos endógenos 	<ul style="list-style-type: none"> Acrescentar valor aos recursos locais e dinamizar as atividades do mundo rural Promover a criação de emprego e empresas sustentáveis
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> Inverter a trajetória de perda e combater os problemas estruturais do meio rural Valorizar os recursos e os produtos do território Criar uma imagem de marca devidamente estruturada para o Alto Tâmega Complementar as estratégias desenvolvidas noutros quadros territoriais Melhorar a eficiência da governação na região Aumentar os níveis de empregabilidade e de qualificação 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a atratividade do território através do fomento de atividades e da valorização de elementos patrimoniais Reforçar a competitividade das atividades produtivas atuando nas explorações, na comercialização e promoção dos produtos Fomentar o espírito empreendedor, vocacionado para o autoemprego e microempreendedorismo, valorizando as Pessoas como um recurso para a coesão no mundo rural Inovar nas respostas aos desafios do mundo rural fortalecendo a articulação das intervenções sectoriais e a cooperação
Eixos	<ul style="list-style-type: none"> Promoção do conhecimento e inovação Gestão sustentável do território Dinamização socioeconómica do território Cooperação institucional e trabalho em rede 	<ul style="list-style-type: none"> Valorização territorial Promoção da competitividade Fomento do empreendedorismo e do emprego Gestão e cooperação

	1ª Fase	2ª Fase
Instrumentos	<ul style="list-style-type: none"> • FSE e FEDER – PO Norte 2020 • FSE – POISE • FSE – POCH • FSE e FEDER – POCI Compete 2020 • FEDER – POSEUR • FEADER – PDR 2020 	<ul style="list-style-type: none"> • FEDER e FSE – PO Norte 2020 – S2E • FEDER – PO Norte 2020 – Património Cultural e Natural • FEADER – Cadeias curtas e mercados locais; Promoção de produtos de qualidade locais; Diversificação de atividades na exploração; Pequenos investimentos/ transformação e comercialização; Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas; Renovação de aldeias.
Indicadores de realização e resultado	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de projetos de I&D apoiados • Nº empresas apoiadas • Nº de postos de trabalho criados nas empresas apoiadas • Nº de projetos de transferência e utilização de conhecimento • Percentagem de aumento do número esperado de visitantes aos sítios de património cultural e natural e atrações beneficiárias de apoios • Percentagem de aumento das dormidas em estabelecimentos hoteleiros 	<ul style="list-style-type: none"> • Nº Projetos Apoiados • Nº Projetos/ Beneficiários apoiados • Nº Empregos criados através de projetos LEADER apoiados • Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego • Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio • Empresas que beneficiam de apoio • Postos de trabalho criados

	1ª Fase	2ª Fase
	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de explorações agrícolas apoiadas pelo apoio ao pequeno investimento • Nº unidades industriais apoiadas pelo pequeno investimento • Nº de operações apoiadas para investimentos em serviços locais para a população rural • Nº de explorações agrícolas que participam na cooperação /promoção local entre os agentes da cadeia de abastecimento • Nº de operações apoiadas para investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas • Nº de operações para investimentos em tecnologias florestais e primeira transformação /comercialização 	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de aumento do número esperado de visitantes aos sítios de património cultural e natural e atrações beneficiárias de apoios • Percentagem de aumento das dormidas em estabelecimentos hoteleiros

A vermelho assinalam-se os elementos que foram minimizados ou abandonados na 2.ª fase.

7.4. ANEXO IV: PROJETOS COMPLEMENTARES AO DLBC NO ALTO TÂMEGA

Projetos	Objetivos	Programa de Financiamento	Destinatários	Complementaridades
Formação para o Desenvolvimento	<p>Capacitação</p> <p>Qualificação</p> <p>Empregabilidade</p> <p>Manutenção do emprego</p> <p>Reforçar a qualificação profissional</p>	POISE	<p>Técnicos e colaboradores dos associados e das entidades parceiras da ADRAT, a promotores e empreendedores de ideias de negócio.</p> <p>Ativos empregados (com especial enfoque para os que estão em risco de perda do emprego, e os desempregados, sobretudo os desempregados que se encontram mais próximos do reingresso no mercado de trabalho (Desempregados não DLD), detentores de habilitações iguais ou superiores ao ensino secundário.</p>	<p>Inovar nas respostas aos desafios do mundo rural fortalecendo a articulação das intervenções setoriais e a cooperação</p> <p>Fomentar o espírito empreendedor, vocacionado para o autoemprego e microempendedorismo, valorizando as pessoas como um recurso para a coesão no mundo rural</p>

Projetos	Objetivos	Programa de Financiamento	Destinatários	Complementaridades
SOCIALNEET	<p>Reintegração dos jovens desempregados, que não estejam a receber formação nem a frequentar nenhum estabelecimento de ensino (NEET) no mercado de trabalho</p> <p>Estabelecer soluções empresariais inovadoras e a procura de emprego em empresas sociais por jovens desempregados com idades entre 18-29</p>	EEA grants	Jovens desempregados (18-29 anos)	<p>Fomentar o espírito empreendedor, vocacionado para o autoemprego e microempreendedorismo, valorizando as pessoas como um recurso para a coesão no mundo rural</p>

Projetos	Objetivos	Programa de Financiamento	Destinatários	Complementaridades
CULINART	<p>Pretende melhorar a qualidade e relevância do Ensino Profissional nas artes culinárias</p> <p>Promover o valor patrimonial da gastronomia</p> <p>Valorizar formação transfronteiriça</p> <p>Aumentar empregabilidade dos jovens</p>	Erasmus +, medida KA3	<p>Estabelecimentos de ensino profissional</p> <p>Empresas</p> <p>Organizações sectoriais</p> <p>Alunos</p> <p>Autoridades responsáveis pela educação e qualificação</p>	<p>Fomentar o espírito empreendedor, vocacionado para o autoemprego e microempendedorismo, valorizando as pessoas como um recurso para a coesão no mundo rural</p> <p>Aumentar a atratividade do território através do fomento de atividades turísticas e da valorização de elementos patrimoniais</p>
KEEP ON	<p>Melhorar as políticas no setor do património cultural</p> <p>Projetos sustentáveis e com impacto duradouro e sustentável no desenvolvimento regional</p>	INTERREG Europe	<p>Organizações Políticas</p> <p>Instituições Culturais</p>	<p>Aumentar a atratividade do território através do fomento de atividades turísticas e da valorização de elementos patrimoniais</p>
TE.EN.FARM – Teaching Entrepreneurship for new farmers	<p>Promover um currículo formativo no ensino do empreendedorismo na agricultura</p>	ERASMUS +, KA2	<p>Ensino Secundário e Profissional</p>	<p>Reforçar a competitividade das atividades produtivas atuando nas explorações, na comercialização e promoção dos produtos</p>

Projetos	Objetivos	Programa de Financiamento	Destinatários	Complementaridades
				<p>Fomentar o espírito empreendedor, vocacionado para o autoemprego e microempreendedorismo, valorizando as pessoas como um recurso para a coesão no mundo rural</p> <p>Inovar nas respostas aos desafios do mundo rural fortalecendo a articulação das intervenções setoriais e a cooperação</p>
TROCO 2 – Mercado Transfronteiriço de Intercâmbio de Carbono	Melhorar o aproveitamento económico das florestas, favorecendo a exploração comercial no âmbito das oportunidades que oferecem os mercados de carbono	INTERREG ESPANHA-PORTUGAL		
RURAL SKILLS	<p>Criar e fortalecer rede transnacional;</p> <p>Partilhar e comparar ideias, práticas e métodos</p> <p>Melhorar competências dos que trabalham neste setor (através da</p>	ERASMUS+ KA2	Agentes e Animadores de desenvolvimento local Grupos de Ação Local	Inovar nas respostas aos desafios do mundo rural fortalecendo a articulação das intervenções setoriais e a cooperação

Projetos	Objetivos	Programa de Financiamento	Destinatários	Complementaridades
	<p>mobilidade e cooperação de GAL's entre diferentes países, para o intercâmbio de boas práticas)</p> <p>Apoiar a modernização dos sistemas de formação</p>			
AQUANATUR	<p>Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos</p> <p>Foco temático da água como elemento aglutinador da capacidade de diferenciação de todo o território</p>	PROVERE	<p>Território-alvo coincidente com o da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e da ADRAT - municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar</p>	<p>Aumentar a atratividade do território através do fomento de atividades turísticas e da valorização de elementos patrimoniais</p> <p>Inovar nas respostas aos desafios do mundo rural fortalecendo a articulação das intervenções setoriais e a cooperação</p>

Projetos	Objetivos	Programa de Financiamento	Destinatários	Complementaridades
EMER-N - Empreendedorismo em Meio Rural na Região do Norte	<p>Instrumento de alavancagem dos micro e pequenos negócios, adaptado aos condicionalismos e particularidades do meio rural</p> <p>Suporte ao aparecimento e crescimento das empresas e do emprego</p>	Norte 2020	<p>Empreendedores: Todas as pessoas que possuem uma ideia, mais ou menos desenvolvida e a querem transformar em negócio.</p> <p>Micro e pequenos empresários: Todos os empresários (de micro e pequenos negócios) que de alguma forma passem por dificuldades e que necessitem de ajuda para dar novo impulso ao seu negócio, ao nível da inovação, da modernização e competitividade</p>	Fomentar o espírito empreendedor, vocacionado para o autoemprego e microempreendedorismo, valorizando as Pessoas como um recurso para a coesão no mundo rural
+Turismo +Sabor	<p>Valorização da qualidade dos produtos agroalimentares da região</p> <p>Reforçar a imagem do turismo e a competitividade do tecido empresarial</p>	Norte 2020	Setor do Turismo e Agroalimentar	Inovar nas respostas aos desafios do mundo rural fortalecendo a articulação das intervenções setoriais e a cooperação

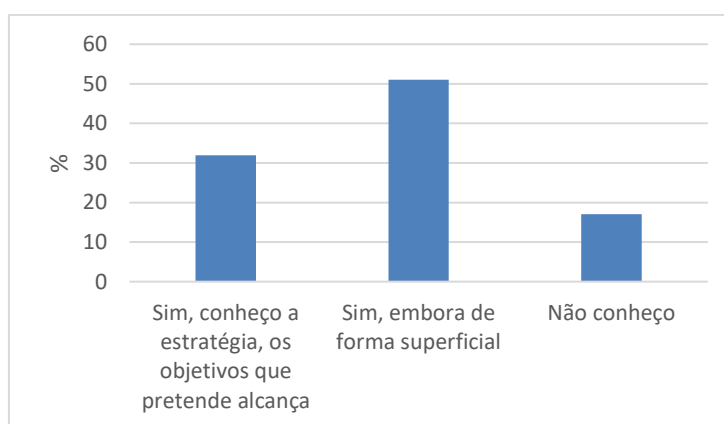
Projetos	Objetivos	Programa de Financiamento	Destinatários	Complementaridades
	Rede colaborativa nos setores do turismo e agroalimentar			Aumentar a atratividade do território através do fomento de atividades turísticas e da valorização de elementos patrimoniais

7.5. ANEXO V: RESULTADOS DA INQUIRÇÃO A PROMOTORES

Quadro 1 - Conhecimento da existência de uma Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) do Alto Tâmega liderada pela ADRAT.

		Nº	%	% Válida
Válido	Sim, conheço a estratégia, os objetivos que pretende alcança	15	29,4	31,9
	Sim, embora de forma superficial	24	47,1	51,1
	Não conheço	8	15,7	17,0
	Total	47	92,2	100,0
Em falta	Não responde	4	7,8	
Total		51	100,0	

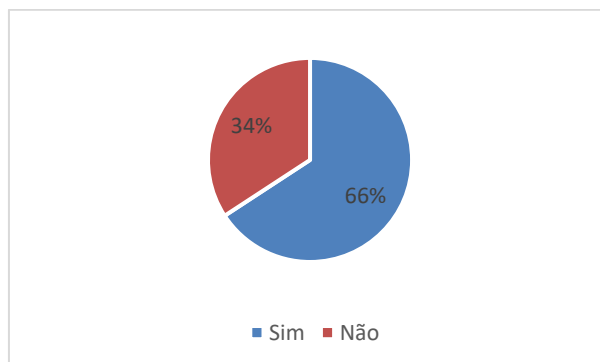
Gráfico 1 - Conhecimento da existência de uma Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) do Alto Tâmega liderada pela ADRAT.



Quadro 2 - Se a Estratégia é ou não clara, no sentido em que os seus instrumentos de apoio se distinguem de outros existentes (no PDR2020, nos Programas do Portugal 2020, no programa de apoio a estágios profissionais, noutros instrumentos nacionais ou europeus, etc.).

		Nº	%	% Válida
Válido	Sim	25	49,0	65,8
	Não	13	25,5	34,2
	Total	38	74,5	100,0
Em falta	Não responde	13	25,5	
Total		51	100,0	

Gráfico 2 - Se a Estratégia é ou não clara, no sentido em que os seus instrumentos de apoio se distinguem de outros existentes (no PDR2020, nos Programas do Portugal 2020, no programa de apoio a estágios profissionais, noutros instrumentos nacionais ou europeus, etc.)

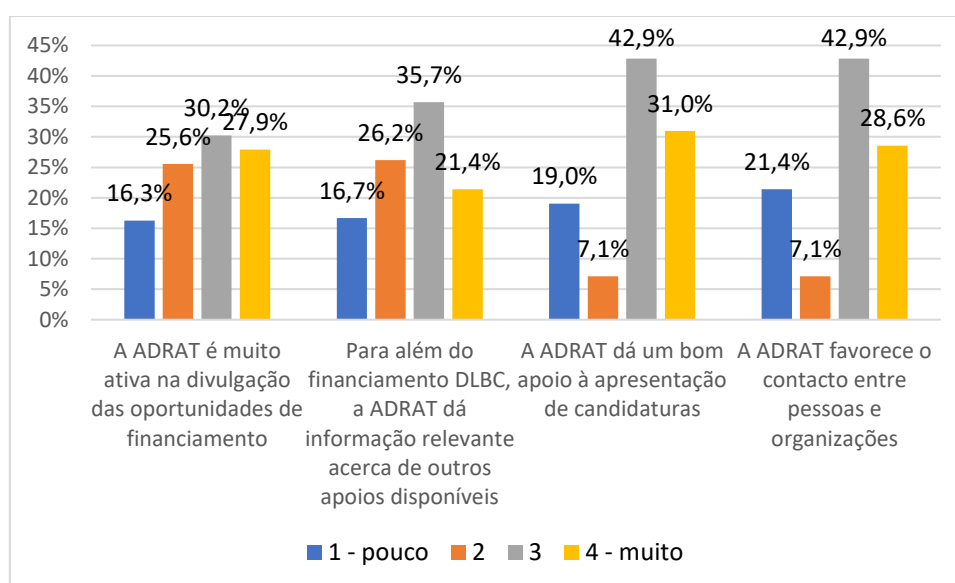


Quadro 3 - Avaliação da atividade da ADRAT no quadro desta Estratégia.

	1 - pouco		2		3		4 - muito	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
A ADRAT é muito ativa na divulgação das oportunidades de financiamento	7	16,3%	11	25,6%	13	30,2%	12	27,9%

Para além do financiamento DLBC, a ADRAT dá informação relevante acerca de outros apoios disponíveis	7	16,7%	11	26,2%	15	35,7%	9	21,4%
A ADRAT dá um bom apoio à apresentação de candidaturas	8	19,0%	3	7,1%	18	42,9%	13	31,0%
A ADRAT favorece o contacto entre pessoas e organizações	9	21,4%	3	7,1%	18	42,9%	12	28,6%

Gráfico 3 - Avaliação da atividade da ADRAT no quadro desta Estratégia.

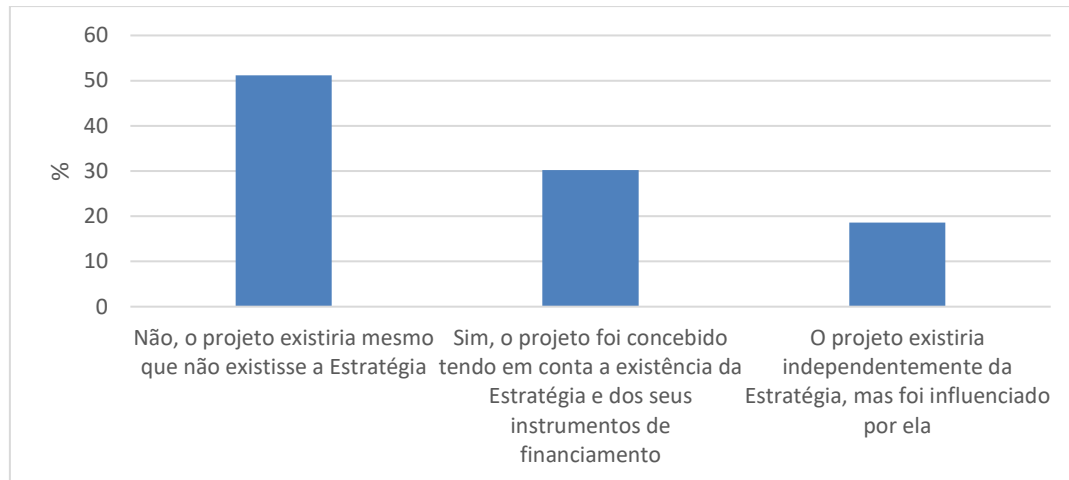


Quadro 4 - Influência da estratégia, seus objetivos e instrumentos, no projeto candidatado.

		Nº	%	% Válida
Válido	Não, o projeto existiria mesmo que não existisse a Estratégia	22	43,1	51,2
	Sim, o projeto foi concebido tendo em conta a existência da Estratégia e dos seus instrumentos de financiamento	13	25,5	30,2
	O projeto existiria independentemente da Estratégia, mas foi influenciado por ela	8	15,7	18,6
	Total	43	84,3	100,0

Em falta	Não respondeu	8	15,7	
Total		51	100,0	

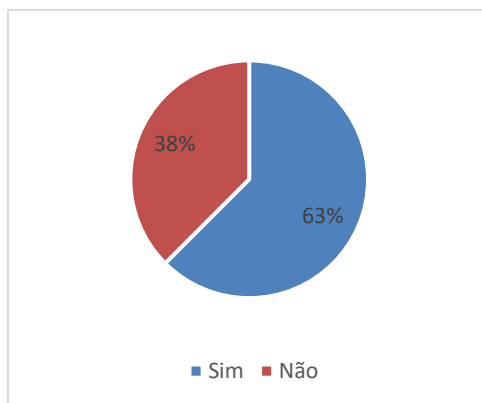
Gráfico 4- Influência da estratégia, seus objetivos e instrumentos, no projeto candidatado.



Quadro 5 - Influência da estratégia na introdução de alterações à melhoria do projeto.

		Nº	%	% Válida
Válido	Sim	5	9,8	62,5
	Não	3	5,9	37,5
	Total	8	15,7	100,0
Em falta	Não aplicável	43	84,3	
Total		51	100,0	

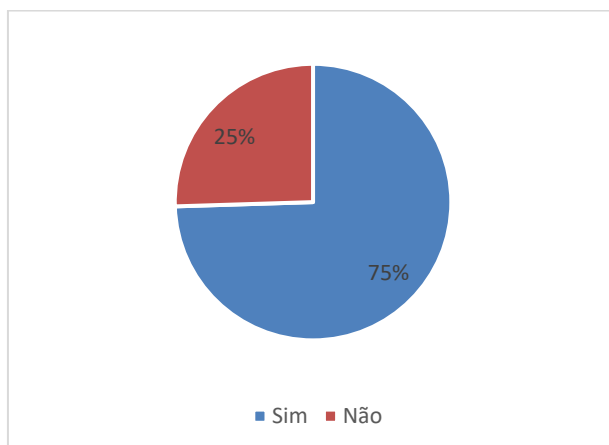
Gráfico 5 - Influência da estratégia na introdução de alterações à melhoria do projeto.



Quadro 6 - Se foram claros os motivos da decisão de aprovação ou não da candidatura, independentemente do conhecimento da estratégia.

	Nº	%
Sim	38	74,5
Não	13	25,5
Total	51	100,0

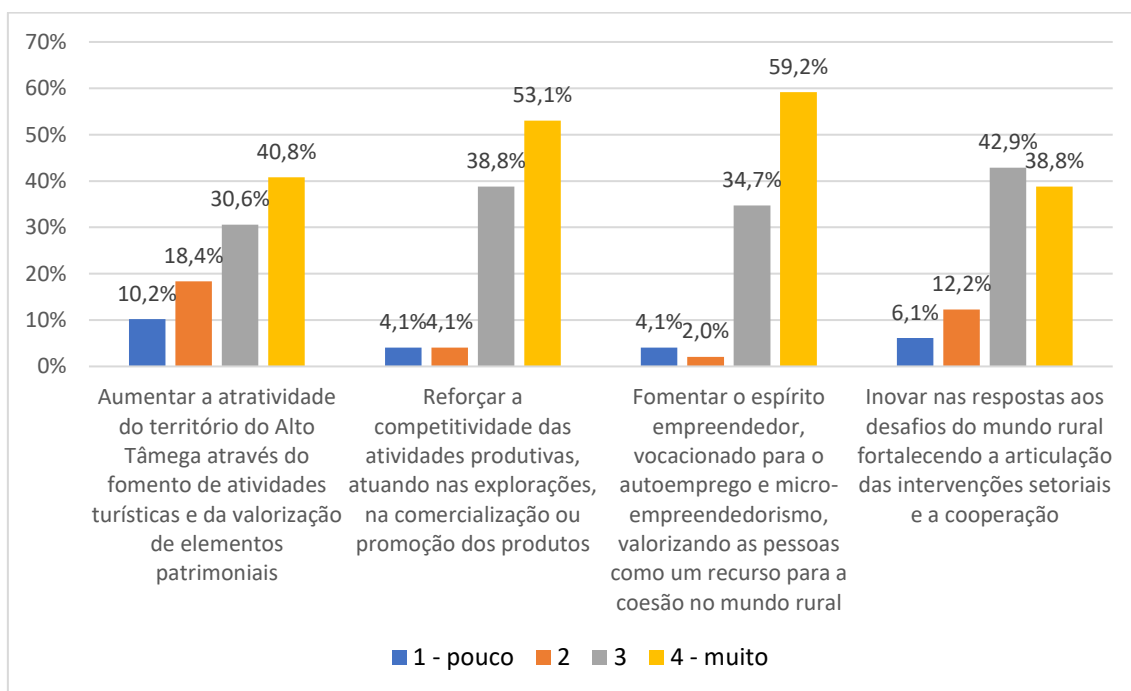
Gráfico 6- Se foram claros os motivos da decisão de aprovação ou não da candidatura, independentemente do conhecimento da estratégia.



Quadro 7 - Autoavaliação do contributo do projeto.

	1 - pouco		2		3		4 - muito	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Aumentar a atratividade do território do Alto Tâmega através do fomento de atividades turísticas e da valorização de elementos patrimoniais	5	10,2%	9	18,4%	15	30,6%	20	40,8%
Reforçar a competitividade das atividades produtivas, atuando nas explorações, na comercialização ou promoção dos produtos	2	4,1%	2	4,1%	19	38,8%	26	53,1%
Fomentar o espírito empreendedor, vocacionado para o autoemprego e micro-emprendedorismo, valorizando as pessoas como um recurso para a coesão no mundo rural	2	4,1%	1	2,0%	17	34,7%	29	59,2%
Inovar nas respostas aos desafios do mundo rural fortalecendo a articulação das intervenções setoriais e a cooperação	3	6,1%	6	12,2%	21	42,9%	19	38,8%

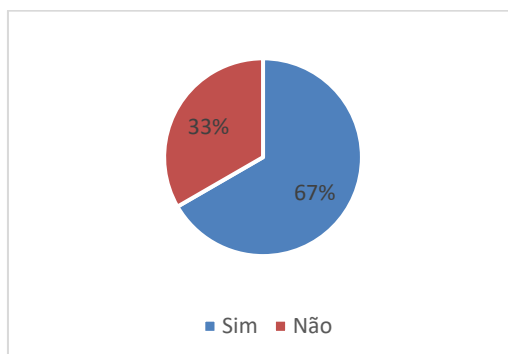
Gráfico 7- Autoavaliação do contributo do projeto.



Quadro 8 - Se foi a primeira candidatura a programas de financiamento.

	Nº	%
Sim	34	66,7
Não	17	33,3
Total	51	100,0

Gráfico 8 - Se foi a primeira candidatura a programas de financiamento.



Quadro 9 - Outros programas já candidatados.

	Nº
797	1
Ao antigo PRODER	1
Concurso de Ideias VEM do Alto Comissariado para as Migrações	1
Desde que Portugal entrou para CE	1
Jovem Agricultor PRODER	1
jovens agricultores	2
PDR	1
PDR 2020- Operação 3.2.2- Pequenos investimentos nas explorações agrícolas.	1
POCI, POISE, POCTEP	1
PRODER	2
PROGRAMA PRODER / Diversificação da economia e criação de emprego	1
Ruris	1
Total	14

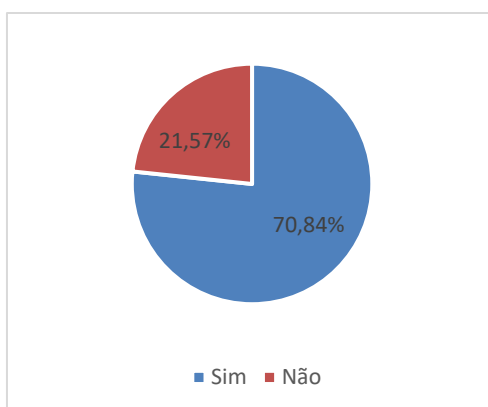
Quadro 10 - Indicação de outras candidaturas aprovadas, noutros programas.

	Nº
Concurso de Ideias VEM do Alto Comissariado para as Migrações	1
PDR	1
PDR 2020 - medida 3	1
POISE, POCTEP	1
SIZE	1
Total	5

Quadro 11 - Se existiu apoio de consultores na preparação e apresentação da candidatura.

	Nº	%
Sim	40	78,4
Não	11	21,6
Total	51	100,0

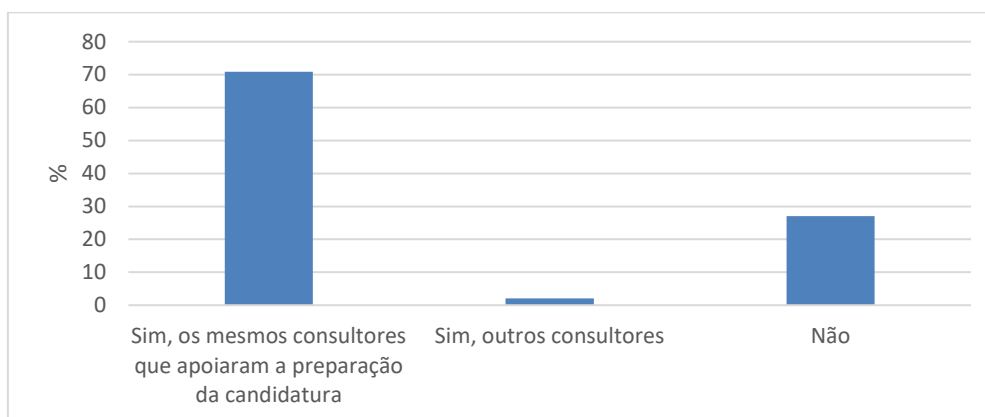
Gráfico 9- Se existiu apoio de consultores na preparação e apresentação da candidatura.



Quadro 12 - Se recorreu ao apoio de consultores para o acompanhamento (designadamente, preparação e apresentação de pedidos de pagamento), no caso da candidatura tenha sido aprovada.

		Nº	%	% Válida
Válido	Sim, os mesmos consultores que apoiaram a preparação da candidatura	34	66,7	70,8
	Sim, outros consultores	1	2,0	2,1
	Não	13	25,5	27,1
	Total	48	94,1	100,0
Em falta	Não respondeu	3	5,9	
Total		51	100,0	

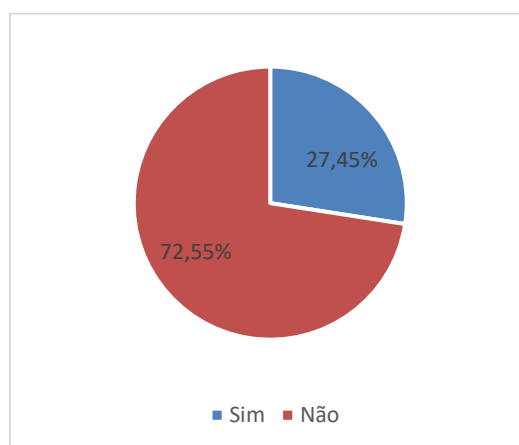
Gráfico 10 - Se recorreu ao apoio de consultores para o acompanhamento (designadamente, preparação e apresentação de pedidos de pagamento), no caso da candidatura tenha sido aprovada.



Quadro 13 - Se recorreu ao apoio de outras entidades para preparar a candidatura.

	Nº	%
Sim	14	27,5
Não	37	72,5
Total	51	100,0

Gráfico 11- Se recorreu ao apoio de outras entidades para preparar a candidatura.



Quadro 14 - Outras entidades a que tenha recorrido para preparar a candidatura.

	Nº
--	----

ADRAT	1
Associação de Agricultores do Nordeste Transmontano	1
CAPOLIB	1
CAPOLIB E MUNICIPIO DE BOTICAS	4
Centro de Gestão Vale do Tua	1
Município	2
Município de Boticas	2
Total	12

Quadro 15 - Finalidade de ter recorrido a outras entidades para a preparação da candidatura.

	Nº
Informação geral	7
Orientação sobre linhas de financiamento disponíveis	2
Esclarecimento sobre aspetos de elegibilidade de despesas	5
Licenciamento dos investimentos	2
Plano de viabilidade económico-financeira	2
Total	18

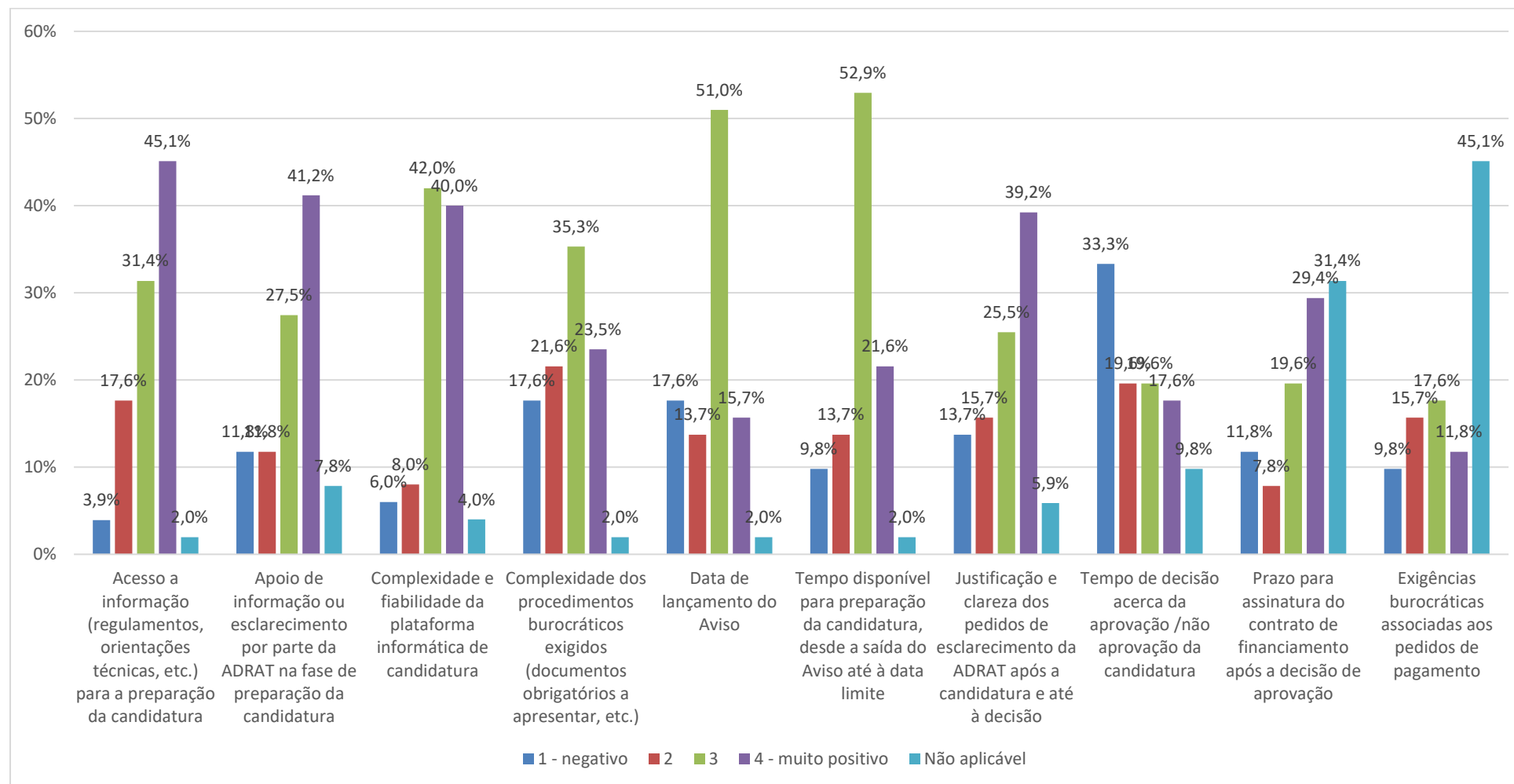
Quadro 16 - Avaliação do processo de candidatura

	1 - negativo		2		3		4 - muito positivo		Não aplicável	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Acesso a informação (regulamentos, orientações técnicas, etc.) para a preparação da candidatura	2	3,9%	9	17,6%	16	31,4%	23	45,1%	1	2,0%

	1 - negativo		2		3		4 - muito positivo		Não aplicável	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Apoio de informação ou esclarecimento por parte da ADRAT na fase de preparação da candidatura	6	11,8%	6	11,8%	14	27,5%	21	41,2%	4	7,8%
Complexidade e fiabilidade da plataforma informática de candidatura	3	6,0%	4	8,0%	21	42,0%	20	40,0%	2	4,0%
Complexidade dos procedimentos burocráticos exigidos (documentos obrigatórios a apresentar, etc.)	9	17,6%	11	21,6%	18	35,3%	12	23,5%	1	2,0%
Data de lançamento do Aviso	9	17,6%	7	13,7%	26	51,0%	8	15,7%	1	2,0%
Tempo disponível para preparação da candidatura, desde a saída do Aviso até à data limite	5	9,8%	7	13,7%	27	52,9%	11	21,6%	1	2,0%
Justificação e clareza dos pedidos de esclarecimento da ADRAT após a candidatura e até à decisão	7	13,7%	8	15,7%	13	25,5%	20	39,2%	3	5,9%
Tempo de decisão acerca da aprovação/ não aprovação da candidatura	17	33,3%	10	19,6%	10	19,6%	9	17,6%	5	9,8%
Prazo para assinatura do contrato de financiamento após a decisão de aprovação	6	11,8%	4	7,8%	10	19,6%	15	29,4%	16	31,4%

	1 - negativo		2		3		4 - muito positivo		Não aplicável	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Exigências burocráticas associadas aos pedidos de pagamento	5	9,8%	8	15,7%	9	17,6%	6	11,8%	23	45,1%

Gráfico 12- Avaliação do processo de candidatura.



ADRAT



7.6. ANEXO VI: PONTO DE SITUAÇÃO DO DLBC A 31.12.2018

Fundo	Medida	Dotação da Medida	Aviso	Dotação do aviso	Nº Oper. Candidat. t.	Montante Fundo Candidatado	Nº Oper. Aprov.	Nº Oper. Em análise	Nº Oper. Não Aprov.	Nº Oper. Noutras Situações	Fundo Aprov.	Fundo Efetivam. Aprovado	Despesa Pública Validada	Taxa compromisso
FEADER	Pequenos investimentos na exploração agrícola	1.002.163,12€	001/ADR AT/10.2.1 .1/ 2016	400.000,00 €	49	705.704,60 €	16	-	28	5	251.211,88 €	210.982,96 €	100.017,62 €	86%
			002/ADR AT/10.2.1 .1/ 2017	358.000,00 €	87	1.343.561,84 €	68	3	13	3	1.055.229,26 €	646.174,30 €	11.792,62 €	
	Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	1.292.110,47€	001/ADR AT/10.2.1 .2/ 2016	800.000,00 €	13	832.132,76 €	7	-	6	0	549.978,76 €	391.149,58 €	79.377,35 €	83%
			002/ADR AT/10.2.1 .2/ 2018	900.960,89 €	15	1.002.098,23 €	11	2	2	0	736.921,32 €	683.432,80 €	- €	

Fundo	Medida	Dotação da Medida	Aviso	Dotação do aviso	Nº Oper. Candidat.	Montante Fundo Candidatado	Nº Oper. Aprov.	Nº Oper. Em análise	Nº Oper. Não Aprov.	Nº Oper. Noutras Situações	Fundo Aprov.	Fundo Efetivam. Aprovado	Despesa Pública Validada	Taxa compromisso
	Diversificação de atividades na exploração agrícola	871.163,34 €	001/ADR AT/10.2.1 .3/ 2016	609.814,34 €	18	1.437.153,26 €	4	-	10	4	392.855,01 €	333.975,19 €	15.600,00 €	51%
			002/ADR AT/10.2.1 .3/ 2018	490.274,75 €	5	400.429,01 €	2	1	2	0	182.743,58 €	111.145,41 €	- €	
	Cadeias curtas e mercados locais	396.019,12 €	001/ADR AT/10.2.1 .4/ 2017	396.019,12 €	1	77.855,00 €	1	-	0	0	77.855,00 €	77.855,00 €	- €	20%
			002/ADR AT/10.2.1 .4/ 2018	318.164,12 €	6	343.469,26 €	0	-	0	6	- €	- €	- €	
	Promoção de produtos de qualidade locais	18.856,00 €	001/ADR AT/10.2.1 .5/ 2018	18.856,00 €	1	32.563,27 €	1	-	0	0	32.563,27 €	16.031,60 €	- €	85%

Fundo	Medida	Dotação da Medida	Aviso	Dotação do aviso	Nº Oper. Candidat.	Montante Fundo Candidatado	Nº Oper. Aprov.	Nº Oper. Em análise	Nº Oper. Não Aprov.	Nº Oper. Noutras Situações	Fundo Aprov.	Fundo Efetivam. Aprovado	Despesa Pública Validada	Taxa compromisso
	Renovação de Aldeias	356.256,74 €	001/ADR AT/10.2.1 .6/ 2017	232.659,60 €	2	173.845,37 €	1	-	1	0	89.620,89 €	82.063,06 €	- €	20%
			002/ADR AT/10.2.1 .6/ 2018	274.196,68 €	4	225.231,63 €	0	-	0	0	225.231,63 €	216.569,89 €	- €	
FEDER	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	193.995,00 €	NORTE-M8-2017-11	387.990,00 €	17	717.342,06 €	11	-	4	2	517.644,80 €	272.768,93 €		35%

Fundo	Medida	Dotação da Medida	Aviso	Dotação do aviso	Nº Oper. Candidat.	Montante Fundo Candidatado	Nº Oper. Aprov.	Nº Oper. Em análise	Nº Oper. Não Aprov.	Nº Oper. Noutras Situações	Fundo Aprov.	Fundo Efetivam. Aprovado	Despesa Pública Validada	Taxa compromisso
FEDER	Projetos de investimento para expansão de pequenas e microempresas (...) de base local ou para a criação (...)	581.985,00 €	NORTE - M8-2018-29	373.342,00 €	20	757.556,67 €	17	-	3	-	585.693,67 €	-		

Fundo	Medida	Dotação da Medida	Aviso	Dotação do aviso	Nº Oper. Candidat.	Montante Fundo Candidatado	Nº Oper. Aprov.	Nº Oper. Em análise	Nº Oper. Não Aprov.	Nº Oper. Noutras Situações	Fundo Aprov.	Fundo Efetivam. Aprovado	Despesa Pública Validada	Taxa compromisso
FSE	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	1.437.000 €	NORTE-M8-2017-11	718.500,00 €	18	189.316,71 €	12	-	4	2	121.562,22 €	24.710,42 €		2%
			NORTE - M8-2018-29	718.500,00 €	16	136.983,76 €	15	-	1	-	136.983,76 €	-		
FEDER	Património Cultural: Proteção, conservação e promoção do património histórico (...)	43.110 €												

Fundo	Medida	Dotação da Medida	Aviso	Dotação do aviso	Nº Oper. Candidat.	Montante Fundo Candidatado	Nº Oper. Aprov.	Nº Oper. Em análise	Nº Oper. Não Aprov.	Nº Oper. Noutras Situações	Fundo Aprov.	Fundo Efetivam. Aprovado	Despesa Pública Validada	Taxa compromisso
	Património Natural: Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas classificadas, (...).	43.110 €												

7.7. ANEXO VII: INDICADORES E METAS DE REALIZAÇÃO E RESULTADO

Fundo	Medida	Indicador		2018		2023
				Valor Proj. Apoiados	Meta DLBC	Meta DLBC
FEADER	Pequenos investimentos na exploração agrícola	Indicadores Realização	Projetos Apoiados (nº)	66	38	50
			Projetos/ Beneficiários apoiados	66	38	50
	Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	Indicadores Realização	Projetos Apoiados (nº)	18	9	19
			Projetos/ Beneficiários apoiados	18	9	19
		Indicadores Resultado	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0	13	27
	Diversificação de atividades na exploração agrícola	Indicadores Realização	Projetos Apoiados (nº)	6	3	9
			Projetos/ Beneficiários apoiados	6	3	9
		Indicadores Resultado	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0	4	13
	Cadeias curtas e mercados locais	Indicadores Realização	Projetos Apoiados (nº)	1	2	5
			Projetos/ Beneficiários apoiados	1	2	5
	Promoção de produtos de qualidade locais	Indicadores Realização	Projetos Apoiados (nº)	1	2	5
			Projetos/ Beneficiários apoiados	1	2	5

Fundo	Medida	Indicador		2018		2023
				Valor Proj. Apoiados	Meta DLBC	Meta DLBC
	Renovação de Aldeias	Indicadores Realização	Projetos Apoiados (nº)	1	2	5
			Projetos/ Beneficiários apoiados	1	2	5
FSE	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Indicador Realização	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	46	39	65
		Indicador Resultados	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	44	40%	50%
FEDER	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Indicador Realização	Empresas que beneficiam de apoio	28	8	39
FEDER	Projetos de investimento para expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área de valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o	Indicador Resultados	Postos de trabalho criado	48	11	55

Fundo	Medida	Indicador		2018		2023
				Valor Proj. Apoiado s	Meta DLBC	Meta DLBC
	desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas					
	Património Cultural: Proteção, conservação e promoção do património histórico cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO.	Indicador Realização	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiárias de apoio		108	431
		Indicador Resultados	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros		0,032 mil	0,13 mil
	Património Natural: Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas classificadas, bem como outras áreas associadas a conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante,	Indicador Realização	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiárias de apoio		108	431
		Indicador Resultados	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros,		0,032 mil	0,13 mil

Fundo	Medida	Indicador		2018		2023
				Valor Proj. Apoiado s	Meta DLBC	Meta DLBC
	rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.		aldeamentos, apartamentos turísticos e outros			

7.8. ANEXO VIII: INDICADORES ADICIONAIS PARA A AVALIAÇÃO

ANEXO I - QUESTÕES DE AVALIAÇÃO RELACIONADAS COM AS OPERAÇÕES - ABORDAGEM LEADER/FEADER

QUESTÃO	PRIORIDADE/DOMINIO	QA	CRITÉRIOS	INDICADORES	Valor	INFORMAÇÃO ADICIONAL	Valor
1	6B	Em que medida contribuiu o apoio ao regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas para os objetivos da EDL?	As oportunidades de emprego foram criadas através de estratégias de desenvolvimento local;	Número de empregos criados através de projetos LEADER apoiados.	?		
	2A		As explorações agrícolas foram modernizadas / remodeladas.			Número de explorações/beneficiários apoiados.	??
2	6B	Em que medida contribuiu o apoio aos pequenos investimentos na transformação e comercialização para os objetivos da EDL?	As oportunidades de emprego foram criadas através de estratégias de desenvolvimento local;	Número de empregos criados através de projetos	?		

ANEXO I - QUESTÕES DE AVALIAÇÃO RELACIONADAS COM AS OPERAÇÕES - ABORDAGEM LEADER/FEADER

QUESTÃO	PRIORIDADE/DOMINIO	QA	CRITÉRIOS	INDICADORES	Valor	INFORMAÇÃO ADICIONAL	Valor
				LEADER apoiados.			
	2A		As empresas de transformação e comercialização de produtos agrícolas foram criadas / modernizadas.			Número de empresas de transformação e comercialização apoiadas.	??

ANEXO I - QUESTÕES DE AVALIAÇÃO RELACIONADAS COM AS OPERAÇÕES - ABORDAGEM LEADER/FEADER

QUESTÃO	PRIORIDADE/DOMINIO	QA	CRITÉRIOS	INDICADORES	Valor	INFORMAÇÃO ADICIONAL	Valor
3	6B	Em que medida contribuiu o apoio à diversificação de atividades na exploração para os objetivos da EDL?	As oportunidades de emprego foram criadas através de estratégias de desenvolvimento local;	Número de empregos criados através de projetos LEADER apoiados.	?		
	2A		As atividades das explorações foram diversificadas.			Número de explorações/beneficiários apoiados.	?
4	6B	Em que medida contribuiu o apoio às cadeias curtas e mercados locais para os objetivos da EDL?	As oportunidades de emprego foram criadas através de estratégias de desenvolvimento local;	Número de empregos criados através de projetos LEADER apoiados;	?		

ANEXO I - QUESTÕES DE AVALIAÇÃO RELACIONADAS COM AS OPERAÇÕES - ABORDAGEM LEADER/FEADER

QUESTÃO	PRIORIDADE/DOMINIO	QA	CRITÉRIOS	INDICADORES	Valor	INFORMAÇÃO ADICIONAL	Valor
			O preço final dos produtos agrícolas dos produtores primários (PP) aumentou;	Variação das receitas das entidades apoiadas.	252 €		
			O valor acrescentado dos produtos agrícolas dos PP aumentou;				
	2A		As cadeias curtas de distribuição / os mercados locais foram implementados.			Número de explorações/beneficiários apoiados.	?

ANEXO I - QUESTÕES DE AVALIAÇÃO RELACIONADAS COM AS OPERAÇÕES - ABORDAGEM LEADER/FEADER

QUESTÃO	PRIORIDADE/DOMINIO	QA	CRITÉRIOS	INDICADORES	Valor	INFORMAÇÃO ADICIONAL	Valor
5	6B	Em que medida contribuiu o apoio à promoção de produtos de qualidade locais para os objetivos da EDL?	As oportunidades de emprego foram criadas através de estratégias de desenvolvimento local;	Número de empregos criados através de projetos LEADER apoiados;	?	?	
			O preço final dos produtos agrícolas dos produtores primários (PP) aumentou;	Variação das receitas das entidades apoiadas.	?		
			O valor acrescentado dos produtos agrícolas dos PP aumentou;				
	3A		Os produtos de qualidade certificada / produtos locais foram promovidos.			Número de explorações/beneficiários apoiados.	?

ANEXO I - QUESTÕES DE AVALIAÇÃO RELACIONADAS COM AS OPERAÇÕES - ABORDAGEM LEADER/FEADER

QUESTÃO	PRIORIDADE/DOMINIO	QA	CRITÉRIOS	INDICADORES	Valor	INFORMAÇÃO ADICIONAL	Valor
6	6B	Em que medida contribuiu o apoio à renovação de aldeias para os objetivos da EDL?	<p>As oportunidades de emprego foram criadas através de estratégias de desenvolvimento local;</p> <p>A população beneficiou da preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais locais.</p>	Número de empregos criados através de projetos LEADER apoiados.	?	População que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoadas.	??????

ANEXO I - QUESTÕES DE AVALIAÇÃO RELACIONADAS COM AS OPERAÇÕES – FEDER/FSE

QUESTÃO	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	QA	CRITÉRIOS	INDICADORES	Valor	INFORMAÇÃO ADICIONAL	Valor
7	9.6	· Em que medida os apoios ao empreendedorismo e à criação de emprego contribuíram para os objetivos da EDL?	· As oportunidades de emprego foram criadas através de estratégias de desenvolvimento local.	Número de pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio.	44		
	9.10			Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado.	1,72	Número de empresas/beneficiários apoiados.	28
8	9.6	· Em que medida os apoios ao empreendedorismo e à criação de emprego em sectores como o comércio, a indústria, restauração e turismo contribuíram para os objetivos da EDL?	· Distribuição das oportunidades de emprego nos setores elegíveis.	Postos de trabalho criados que se mantêm 12 meses após o final do apoio (%) por setor.	Comércio - 14,29% Indústria - 8,57% Restauração/Alojamento - 28,57%		
	9.10						

ANEXO I - QUESTÕES DE AVALIAÇÃO RELACIONADAS COM AS OPERAÇÕES – FEDER/FSE

QUESTÃO	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	QA	CRITÉRIOS	INDICADORES	Valor	INFORMAÇÃO ADICIONAL	Valor
9	9.6	Em que medida os apoios contribuíram para a inclusão ativa, nomeadamente para a promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade?	As oportunidades de emprego foram criadas na sequência de medidas de inclusão ativa.	Número de participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário.	nd		
10	9.10	Em que medida os apoios contribuíram para promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência?	O turismo no território sofreu um incremento decorrente dos apoios.	Incremento do número de dormidas em unidades turísticas apoiadas.	0		

ANEXO II - QUESTÕES DE AVALIAÇÃO RELACIONADAS COM A EXECUÇÃO DAS EDL

QUESTÃO	QA	CRITÉRIOS	INDICADORES	Valor	INFORMAÇÃO ADICIONAL	Valor
1 (1)	Em que medida a cooperação contribuiu para ampliar o impacto da EDL no território?	A cooperação foi integrada na EDL definida pelos GAL para os territórios abrangidos;	Número de empregos mantidos através dos projetos financiados (resultado);	44	☐ Número de GAL que participaram no projeto de cooperação;	
		Os agentes locais foram integrados em redes de atividades estratégicas dos diferentes territórios do EM da UE ou países terceiros;	Variação das receitas das entidades apoiadas (resultado).		☐ Número de EM da UE que participaram no projeto de cooperação;	
		A cooperação contribuiu para valorizar / desenvolver os territórios abrangidos.			☐ Número de países terceiros que participaram no projeto de cooperação.	
2		O apoio ao funcionamento e animação contribuiu para a execução da EDL;	Número de ações de divulgação e promoção (realização).	7 Sessões de Divulgação 5 Sessões de Esclarecimentos	☐ População que beneficia da animação realizada no âmbito da EDL.	
	Em que medida o apoio aos custos de funcionamento e animação contribuiu para a	Os potenciais beneficiários foram informados sobre a elaboração dos processos de candidatura.				

ANEXO II - QUESTÕES DE AVALIAÇÃO RELACIONADAS COM A EXECUÇÃO DAS EDL

QUESTÃO	QA	CRITÉRIOS	INDICADORES	Valor	INFORMAÇÃO ADICIONAL	Valor
	implementação da EDL no território?					

ANEXO II - QUESTÕES DE AVALIAÇÃO RELACIONADAS COM A EXECUÇÃO DAS EDL

QUESTÃO	QA	CRITÉRIOS	INDICADORES	Valor	INFORMAÇÃO ADICIONAL	Valor
3	Em que medida a execução da EDL contribuiu para o reforço da governança local?	· O leque de entidades envolvidas na execução dos projetos foi alargado;	Número e tipo de promotores dos projetos desagregado por tipologia: ONG, GAL, organismos públicos, PME e outros (realização);	Autarquias - 6 Associação - 2 Empresas - 137	?	
		· A capacidade de criar parcerias de gestão cooperativa aumentou;	Número de GAL envolvidos em projetos de cooperação (realização);			
			N.º Parceiros presentes nas Assembleias Gerais do GAL e /ou N.º de reuniões e outras sessões de trabalho;	4 sessões de trabalho 3 seminários		
			N.º de iniciativas envolvendo mais do que 5 parceiros (públicos, privados e associativos e de diferentes níveis regionais).			

ANEXO III - QUESTÃO DE AVALIAÇÃO RELACIONADA COM OS OBJETIVOS DA POLÍTICA DO TERRITÓRIO

QUESTÃO	QA	CRITÉRIOS	INDICADORES	Valor	INFORMAÇÃO ADICIONAL	Valor
1	Em que medida o modelo de governação e a implementação da EDL contribuiu para a coerência e pertinência dos seus objetivos a nível local?	<ul style="list-style-type: none"> · A EDL promoveu a gestão sustentável do território valorizando os recursos endógenos e fortalecendo laços de identidade local; · A articulação das EDL com as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial e com os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão promovidos pelas Entidades Intermunicipais e com as Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE. · A EDL obteve reconhecimento no território da sua área de abrangência. 	<p>Número de projetos apoiados (aprovadas);</p> <p>Conhecimento da EDL e do GAL? (Medido a partir da inquirição a 51 promotores)</p> <p>Nº de objetivos articulados;</p>	<p>170</p> <p>15 – Conhecem bem a estratégia.</p> <p>24 – Conhecem apenas superficialmente</p> <p>9 – Não conhecem</p> <p>4 – Não respondem</p> <p>4</p>	<p>Número de explorações/beneficiários apoiados (adicional).</p>	97

		<p>· A EDL teve impacto direto ou indireto no território.</p>	<p>Nº de parceiros (públicos, privados e associativos e de diferentes níveis regionais) com projetos em parceria na região;</p>	60		
--	--	---	---	----	--	--

